

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 251113CE00022

LICITAÇÃO Nº 022/2025

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA

ELETRÔNICA CRITÉRIO: MENOR PREÇO

LEGISLAÇÃO: LEI Nº14.133/2021. DECRETO MUNICIPAL Nº 17/2023.

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL ATRAVES DA SECOL.

RUA CREUZA JOSEFA MORATO, 355 - INTERMARES - CABEDEL - PB.

CEP: 58102-380 - E-mail: licitacaocabedel@yahoo.com.br.

1.0. O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ nº 09.012.493/0001-54, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através da SECOL, sediada no endereço acima, as 10:00hs do dia 10 de dezembro de 2025, por meio do site abaixo indicado licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço global, tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017, de 29 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS QUADRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS VEREADOR PEDRO AMÉRICO DA SILVA E MARIA JOSÉ DE MIRANDA BURITY, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CABEDEL/PB.**

Data de abertura da sessão pública: 10/12/2025. Horário: 10:00hs - horário de Brasília.

Local: www.licitacaocabedel.com.br

DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS QUADRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS VEREADOR PEDRO AMÉRICO DA SILVA E MARIA JOSÉ DE MIRANDA BURITY, LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CABEDEL/PB.**

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, e demais anexos pertinentes.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, encontra-se devidamente justificada nos documentos em anexos.

1.5. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições estabelecidas no Art. 4º, da Lei 14.133/21.

1.6. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 às 14:00h.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao agente de contratação, até 03 (três) dias úteis

antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: www.licitacaocabelo.com.br.

2.3.O Setor de Licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos instrumentos de planejamento/órgão requisitante deste certame.

2.4.4 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Setor de Licitação, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO:

3.1.5. ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1. <https://cabedelo.pb.gov.br/portal-da-transparencia/>;

3.2.1.2. www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3. www.licitacaocabedelo.com.br; e

3.2.1.4. www.gov.br/pncp.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017, de 29 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0. DO VALOR, DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor máximo para a presente contratação é **R\$ 215.919,83 (duzentos e quinze mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e três centavos)**

5.2. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORÇAMENTO, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, é de **180 (Cento e oitenta) dias** e será considerado a partir da Ordem de Serviço:

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será de **210 (duzentos e dez) dias**, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.090	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDE
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO/PROGRAMA/AÇÃO	12 361 1005 1010	CONSTRUIR, REFORMAR E/OU RECUPERAR AS UNIDADES
ESPORTIVAS E RECREATIVAS NAS ESCOLAS	12 361 1005 2036	MANTER O CUSTEIO DAS ATIVIDADES DO ENSINO
FUNDAMENTAL (FUNDEB 30%)		

ELEMENTO/FONTE DE RECURSO 4490.51 99 15001001 OBRAS E INSTALAÇÕES 4490.51 99 15690000 OBRAS E INSTALAÇÕES 4490.51 99 15401030 OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE DE RECURSO/DISCRIMINAÇÃO RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - MDE OUTRAS
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VALOR
30%.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: **www.licitacaocabello.com.br**.

6.2. Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. Os documentos necessários para participar da presente licitação deverão ser enviados no endereço eletrônico: <http://www.licitacaocabello.com.br> até o dia 09/12/2025, respeitando-se o prazo mínimo insculpido no art. 55, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.5.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5.1. As interessadas que estejam na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, **deverá declarar**, para obtenção dos benefícios, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

6.5.Não poderão participar desta licitação:

- a) Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/1998;
- d) Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992;
- e) Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- f) Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º §1º, da Lei nº 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- g) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- h) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
- i) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- j) que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- k) que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- l) organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- m) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto quando demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- n) consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

n.1) A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de obras e/ou serviços comuns de engenharia civil, perfeitamente pertinentes e compatíveis para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômica financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

n.2) No que se refere à vedação de consórcio, cabe mencionar que se trata de faculdade da Administração conforme art. 15 da Lei nº 14.133/21, uma vez que o objeto em si poderá ser prestado por todos que detêm a atividade, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de objeto.

vedação só se tornaria restritiva, se o objeto trouxesse situações factuais, econômicas, de mercado, etc, o que não é o caso do objeto deste processo.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9. **Como condição prévia à participação no certame**, o agente de contratação poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação com a administração pública, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.9.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

6.9.2. Sistema de Inabilitados e Inidôneos do TCU através do endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:17366360178345::NO:3,4,6>

6.9.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico, www.portaldatransparencia.gov.br/ceis; e/ou

6.9.4. No sistema de Certidão Negativa Correcional da CGU-PJ, CEIS CNEP e CEPIM no endereço eletrônico <https://certidoes.cgu.gov.br/>

6.10. Não poderão disputar este certame, a pessoa jurídica que se encontre, ao tempo desta licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta nos termos do art. 14 inciso III da Lei nº 14.133/21.

7.0. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.licitacaocabello.com.br.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação,devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0. DA INVERSÃO DE FASE – HABILITAÇÃO

8.1.A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame, conforme devidamente justificados nos documentos em anexos elaborados através do setor técnico da Secretaria Requisitante.

8.1.1. A inversão de fases além da justificativa técnica apresentada nos documentos anexos a este instrumento é uma faculdade prevista no art. 17, §1º da Lei nº 14.133/21, e terá como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos no Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a administração. Ou seja, apenas com empresas que realmente tenham capacidade técnica compatível com o montante de serviços ora apresentados e possam atender a administração dentro das normas vigentes e cumprir todos os prazos do futuro contrato.

9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação precederá as etapas de apresentação de propostas, de lances e julgamento conforme o Artigo 17, § 1º, da Lei 14.133/21. Portanto, os licitantes são obrigados a enviar, exclusivamente por meio do siste

eletrônico até a data e o horário estabelecidos neste instrumento, somente os documentos requeridos para habilitação, atendendo às exigências documentais detalhadas no Edital. Além disso, deverão apenas preencher o valor da proposta inicial no campo apropriado dentro do sistema.

9.1.1. Não deverão anexar propostas e/ou planilhas o qual identifique as participantes, inclusive junto aos documentos de habilitação, sob pena de violação do sigilo das propostas, o qual visa garantir a competitividade e imparcialidade deste certame. Anexar proposta identificada antes da solicitação do agente de contratação, sujeitar-se a desclassificação da participante. Para fins de identificação, entende-se as propostas no papel timbrado da licitação ou que não esteja em papel timbrado, porém anexado junto dos documentos de habilitação.

9.2. No cadastramento da proposta, o licitante declarará, em campo próprio do sistema e/ou anexo, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

9.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como, de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

9.2.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9.2.3. Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecidos em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

9.2.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

9.2.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.2.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

9.2.7. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

9.2.8. Que não se encontra impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta nos termos do art.14, inciso III da Lei nº 14.133/21;

9.2.9. Que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista nos termos do art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/21;

9.2.10. Declaração que atende aos requisitos de habilitação definidas no instrumento convocatório e responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

9.2.11. Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

9.2.12. Que a proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº.14.133/2021;

9.2.13. Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

9.2.14. A declaração contendo conteúdo falso relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

9.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21;

9.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a data limite deste instrumento.

9.5. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

9.5.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

9.5.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que tr

Assinado por: AUCIENNE PINHEIRO SANTOS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://cabelelo.1doc.com.br/verificacao/385E-15AD-DAD9-E148> e informe o código 385E-15AD-DAD9-E148

o subitem anterior.

9.6.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

9.7.Quando for o caso, o valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

9.8.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.9.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.10.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O agente de contratação poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

10.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DO VENCEDOR

10.1.O licitante vencedor, deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, em campo próprio no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

10.1.1. Valor unitário expresso em moeda corrente nacional;

10.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I e demais planilhas anexas;

10.1.3. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

10.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta definitiva vinculam o Contratado.

10.3.Será cotado um único preço, com a utilização de duas casas decimais.

10.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada nos anexos deste edital.

10.5.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

10.7.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva e responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo agente de contratação.

10.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

10.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

10.11. Para classificação das propostas atualizadas, o licitante vencedor deverá elaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora nos termos do art. 56 §5º da Lei nº 14.133/21, e quando for o caso, demais informações que se fizerem necessárias para adequação ao projeto.

11.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a data limite previsto neste Edital:

11.2.1.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

11.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

11.5. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

11.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

11.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

11.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

11.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

11.8.2.O Agente de Contratação poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

11.9. Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundolugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

11.13.1. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.13.2. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

11.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.16. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.19. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando houver, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

11.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até dez por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.21.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

11.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.24. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

11.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

11.25.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo

à classificação;

11.25.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto decumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;

11.25.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

11.25.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.26. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:

11.26.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;

11.26.2. Empresas brasileiras;

11.26.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.26.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

11.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas após definido o resultado do julgamento:

11.27.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

11.27.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

11.27.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;

11.27.4. O agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

11.27.5. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

11.28. Havendo necessidade, o agente de contratação suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

11.29. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de julgamento da proposta.

12.0. DA FASE DE JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

12.2. O agente de contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

12.2.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

12.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.3.1. Contiver vícios insanáveis;

12.3.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e demais anexos;

12.3.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

12.3.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.3.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.4. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, poderá ser dada ao licitante

oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

12.4.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;

12.4.2. A inexecuibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência pelo o agente de contratação, que comprove:

12.4.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

12.4.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.4.3. Além das disposições acima, a análise de sobrepreço considerará o seguinte:

12.4.3.1. A caracterização do sobrepreço se dará tanto pela superação do valor global estimado, quanto pela superação de custo unitário, conforme planilha anexa ao edital;

12.4.3.2. A inobservância das disposições contidas nos subitens anteriores ensejará a desclassificação da proposta.

12.4.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pelo ORC, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a legislação vigente.

12.5. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

12.6. Havendo necessidade, o agente de contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

12.6.1. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos "Documentos de Habilitação" e "Proposta de Preços" em um único momento, em fase do exame da documentação/proposta em comparação aos requisitos do edital, análise técnica por parte do setor competente, ou ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

12.6. Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o agente de contratação verificará os documentos relativos à regularidade fiscal do licitante, observado o disposto neste Edital.

13.0. DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

13.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

13.3. PESSOA JURÍDICA:

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

13.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

13.3.3. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no s

<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.3.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;

13.3.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

13.3.5.1. Sociedade Anônima (S/A):

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
 - b) Publicados em jornal de grande circulação; ou
 - c) Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Obs: As Demonstrações Contábeis compreendem: DMPL (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) ou DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa).

13.3.5.2. Sociedades de Responsabilidade Limitada (LTDA):

- a) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou
 - b) Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.
- Obs: A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

13.3.5.3. Sociedade sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte 'SIMPLES':

- a) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou
 - b) Por fotocópia do Balanço Patrimonial e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- Obs: A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

13.3.5.4. Sociedade criada no exercício em curso:

- a) Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

13.3.5.5. Entidades sem fins lucrativos:

- b) Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado em cartório ou na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme caso, ou
 - c) Por fotocópia do Balanço e da Demonstração Contábil devidamente registrado ou autenticado em cartório ou na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme o caso.
- Obs. A Demonstração Contábil compreende: DRE (Demonstração do Resultado do Exercício).

13.3.6. A documentação contábil apresentada deverá comprovar a sua efetiva escrituração perante o órgão competente na forma e nos termos exigidos pela normatização pertinente.

13.3.7. As empresas Ltda., sujeitas ao regime de tributação do Simples Nacional, deverão apresentar cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, devidamente assinadas e registradas no seu órgão competente;

13.3.8. As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL, poderão apresentar cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado

exercício, emitidos do SPED, juntamente como Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;

13.3.9. As empresas participantes do processo licitatório que estiverem legalmente obrigadas ao envio de seus registros contábeis através do SPED CONTÁBIL e apresentarem suas demonstrações conforme o item 13.3.5.1 "c", deverão, em fase de diligência realizada pelo agente de contratação, comprovar que as informações contábeis registradas no órgão competente condizem com aquelas apresentadas à Receita Federal, através da apresentação das cópias do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício emitidos do SPED, juntamente com o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital;

13.3.10. Se NÃO legalmente obrigada ao envio de seus registros contábeis por meio do SPED CONTÁBIL e que não estão sujeitas ao regime de tributação do Simples Nacional, poderão apresentar uma declaração que especifique o motivo de sua dispensa, assinado pelo titular ou representante legal da empresa e pelo contador. Estas empresas deverão apresentar as demonstrações contábeis em conformidade com o item 13.3.5.1 "c";

13.3.11. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade- CRC. Deverá apresentar ainda, a certidão de regularidade do contador junto ao CRC, acompanhado da carteira de identificação profissional. A exigência do CRC junto com a identidade profissional faz necessário uma vez que o exercício da profissão contábil é regulamentado pelo Decreto-Lei nº 9.295/46 e pela Resolução CFC nº 1.640/2021, que exigem o registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) para a atuação como contador. Importante ressaltarmos, que o registro no CRC (Conselho Regional de Contabilidade) é um requisito legal para a prática da contabilidade e confere reconhecimento profissional ao contador. A exigência do CRC e do documento de identidade profissional, tem como objetivo a comprovação relativa à qualificação técnico-profissional do contador, o qual deverá estar devidamente registrado no conselho profissional competente. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

13.3.12. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

13.3.13. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG = (ATIVO CIRCULANTE) + (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO) (PASSIVO CIRCULANTE) + (EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

SG = (ATIVO TOTAL) (PASSIVO CIRCULANTE) + (EXIGÍVEL A LONGO PRAZO)

LC = (ATIVO CIRCULANTE) (PASSIVO CIRCULANTE)

13.3.16. Apresentar declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos neste edital nos termos do art. 69 §1º da Lei 14.133/21.

13.3.17. Documentação relativa à Regularidade Fiscal, social e Trabalhista:

13.3.17.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ/MF**); Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.3.17.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual engloba também os Tributos relativos ao **Instituto Nacional de Seguridade Social**, sendo que essa pode ser retirada através do site www.receita.fazenda.gov.br;

13.3.17.3. Prova de regularidade para com as **Fazendas Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da licitante ou outra equivalente, na forma da lei;

13.3.17.4. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS)**, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

13.3.17.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **certidão negativa** nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

13.3.17.6. Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do art. 7º da C.F.:

13.3.17.6.1 Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

13.3.18. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

13.3.18.01. Certidão negativa de feitos sobre falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos), quando explicitamente excluídos na Certidão do item 13.3.18.

13.3.19. Será considerada como válida pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contado da data da respectiva emissão, a certidão/documento que não apresentar prazo de validade, exceto se houver previsão de prazo diverso estabelecido em lei ou por dispositivo do órgão emissor do documento, devendo a licitante apresentar juntamente com a certidão/documento a cópia da referida legislação ou dispositivo.

13.3.20. A falta de veracidade de qualquer das informações prestadas pela licitante, implicará no indeferimento de sua habilitação, independente das sanções cabíveis.

13.3.21. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

- 13.3.22.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;
- 13.3.22.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;
- 13.3.22.3. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;
- 13.3.22.4. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;
- 13.3.22.5. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade; e
- 13.3.22.6. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

13.4. Documentação relativa à Qualificação Técnica:

13.4.1. Registro da empresa ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, **devidamente atualizado** nos termos do art. 10 da Resolução nº 1.121/2019 ou no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU

13.4.2. Comprovação de capacidade **técnico-profissional**:

13.4.2.1. Comprovação de que a licitante possua em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional devidamente registrado no conselho profissional competente (CREA ou CAU, quando for o caso), detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CATs), por execução a qualquer tempo, e emitido(s) por qualquer uma das regiões do CREA ou CAU, de obra e/ou serviço de características semelhantes ao objeto do presente certame, indicando-se, para os fins do § 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/21, como parcelas de maior relevância e valor significativo conforme justificado no termo de referência, os seguintes serviços:

- A) Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. AF_12/2021 (Item 3.1)
- B) Cobertura c/ telhas metálicas e=0,43mm, em chapa galvanizada, com parafusos auto - atarrachantes (Item 4.1)
- C) Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical. AF_07/2019 (Item 4.6)
- D) Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador. AF_05/2021 (Item 6.4)

13.4.3. Comprovação de capacidade **técnico-operacional**:

13.4.3.1. Comprovação, através de Certidão de Acervo Operacional (CAO) fornecida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) em favor da empresa, conforme Art. 53 da Resolução 1137/23 do CONFEA, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/21 sendo consideradas para avaliação da similaridade dos serviços as seguintes parcelas de maior relevância técnica, comprovando os seguintes:

- A) Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. AF_12/2021 (Item 3.1) = 9,00m²
- B) Cobertura c/ telhas metálicas e=0,43mm, em chapa galvanizada, com parafusos auto - atarrachantes (Item 4.1) = 48,00m²
- C) Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical. AF_07/2019 (Item 4.6) = 10,00m
- D) Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador. AF_05/2021 (Item 6.4) = 200,00m²

13.4.3.2. Será(ão) aceito(s) atestado(s) como comprovação de capacidade técnica operacional, em que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior para serviços e obras concluídos antes da publicação da Resolução 1137/23 do CONFEA/CREA. Posteriormente à publicação da Resolução 1137/23 do CONFEA/CREA, será aceito como comprovação de capacidade técnica operacional o instrumento que certifica, para os efeitos legais, que consta dos assentamentos do CREA, a Certidão do Acervo Operacional(CAO) registrada.

13.4.3.3. Na ausência evidente de serviços e quantitativos apresentados na CAO, deverá a licitante apresentar atestado(s) técnico fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em favor da empresa para subsidiar a comprovação técnica operacional nas atividades técnicas referenciadas e exigidas de acordo com o item 13.4.3.1.

13.4.3.4. Para as empresas registradas no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), a comprovação técnica operacional ocorrerá através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em favor da empresa, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, referenciadas e exigidas de acordo com o item 13.4.3.1, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133/21.

13.4.4. A comprovação do vínculo do profissional detentor do atestado técnico apresentado, será feita mediante cópia do contrato e da Carteira Profissional, no caso de empregado da empresa, ou através de registro deste empregado como integrante do quadro permanente da licitante, comprovado através da Certidão de Registro de Quitação - CRQ, expedida pelo CREA ou CAU, ou ainda através da apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente, no caso de proprietário ou sócio, ou mediante apresentação de cópia do contrato de prestação de serviços firmado sob a égide da legislação civil, e caso dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de declaração formal de contratação futura do profissional indicado, acompanhada de anuência deste;

13.4.5. O(s) profissional(ais) referido(s) no item 13.4.2.1 deste Edital, que for(em) indicado(s) como responsável(eis) técnico(s) para o objeto desta licitação, deverá(ão) participar futuramente da execução do contrato, por ser os detentores dos atestados de responsabilidade técnica apresentados. Caso haja necessidade, por algum motivo, fazer a substituição do responsável técnico ao longo da execução contratual, a substituição estará condicionada à aprovação prévia da Administração, desde que seja por outro profissional detentor de atestados de responsabilidade técnica apresentado, com experiência equivalente ou superior ao inicialmente indicado, conforme dispõe o art. 67 §6º da Lei nº 14.133/21.

13.4.6. Atestado de visita fornecido pelo departamento de Engenharia/Setor Técnico, de que a licitante visitou os locais para execução do objeto desta licitação, com data limite para realização da visita até o dia útil anterior à abertura do presente certame. As visitas poderão ser realizadas diariamente, das 08:00 às 13:00 horas, até a data prevista neste item, mediante agendamento prévio solicitado através do fone (83) 3250-3234 ou diretamente na Secretaria de Infraestrutura, situada na Rua Golfo de Honduras, 86, LOTE 10, Loteamento Intermares, Cabedelo/PB.

13.4.6.1. Caso a licitante não queira realizar a visita, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza e do escopo dos serviços, bem como das exigências ambientais, assumindo total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município de Cabedelo-PB nos termos do art. 63 §3º da Lei nº 14.133/21.

13.4.7. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos (art. 67, inciso III da Lei nº 14.133/21).

13.4.8. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, inciso VI da Lei nº 14.133/21).

13.4.9. Na documentação de que trata o item 13.4.2.1, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

13.5. Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, os documentos de habilitação e preencherá a proposta apenas com o preço em campo próprio do sistema, até que seja solicitado a proposta definitiva e detalhada:

13.5.1. O agente de contratação, em sessão pública, deverá informar no sistema o prazo, quando for o caso e possível, para a verificação dos documentos de habilitação, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer ao resultado da habilitação, nos termos deste Edital;

13.5.2. Eventual postergação do prazo a que se refere o subitem anterior, será comunicada tempestivamente via sistema.

13.5.3. Apenas os licitantes habilitados serão convocados para envio de lances.

13.6. Serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes:

13.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos e obrigatórios, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado; e enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do agente de contratação, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

13.6.1.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo agente de contratação; ou

13.6.1.2. De ofício, a critério do agente de contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

13.6.1.3. A não comprovação pelo licitante de sua regularidade fiscal nos termos deste Edital, e após observadas as disposições do art. 43, da Lei 123/06, acarretará na desclassificação da respectiva proposta.

13.7. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência no prazo de 30 minutos, para:

13.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.9. Encerrada a fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13.10.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

13.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

13.10.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; 13.10.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado do julgamento das propostas. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do setor de licitação, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

13.10.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

13.10.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

13.10.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

13.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

13.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente forem emitidos somente em nome da matriz.

13.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Agente de Contratação, ou por membro da Equipe de Apoio; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

13.13.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

13.13.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

13.13.3. Poderá ser utilizada, a critério do agente de contratação, a documentação cadastral de fornecedor constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

13.14. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

13.15. Havendo necessidade, o agente de contratação suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

14.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do agente de contratação no sistema eletrônico, e deverá:

14.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de execução; das condições de pagamento; e da sua validade;

14.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

14.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados; especialmente de:

14.1.3.1. Composição de custos unitários contendo, inclusive, o detalhamento da composição e da taxa de Bonificação ou Benefício de Despesas Indiretas - BDI e dos respectivos percentuais praticados, bem como o detalhamento dos Encargos Sociais - ES.

14.2.A referida composição deverá ser assinada por responsável técnico da empresa.

14.3. Será cotado um único preço, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

14.3.1. Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

14.3.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

14.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

14.4.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

14.4.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

14.4.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.

14.5.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

14.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

14.8.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

14.8.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

14.9.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14.10.O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de seu encaminhamento.

15.0.DOS RECURSOS

15.1.A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes, ao julgamento das propostas, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

15.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento.

15.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

15.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

15.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar

sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio:

www.licitacaocabello.com.br.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão de reabertura.

16.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, ("chat"), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no PORTAL ou da proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17.0. DA HOMOLOGAÇÃO

17.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

17.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

17.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

17.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

17.2.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.0. DO CONTRATO

18.1. Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

18.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

18.1.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas;

18.1.2.1. A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

18.1.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

18.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições

propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

18.3. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

18.4. O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

18.5. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

18.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO – REAJUSTE

18.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

18.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional da Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

18.9. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

18.10. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

19.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

19.2. Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

19.3. Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

20.0. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

Além das obrigações previstas no termo de referência, as partes deverão:

20.1. Obrigações do Contratante:

- 20.1.1. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;
- 20.1.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;
- 20.1.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;
- 20.1.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.2. Obrigações do Contratado:

- 20.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- 20.2.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, arcando com as despesas decorrentes, no prazo fixado no termo de referência, ou em caso de omissão, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do presente contrato, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;
- 20.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
- 20.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- 20.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;
- 20.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 20.2.7. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

21.0. DO PAGAMENTO

- 21.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.
- 21.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplimento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.
- 21.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.
- 21.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese de referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

22.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 22.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

injustificado na execução do objeto da contratação;– multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

c – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art.156;

e – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

22.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

23.0. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

23.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

23.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

23.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

23.4. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

24.0. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo setor de licitação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7. Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

24.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

24.10. O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.licitacaocabedelo.com.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Rua Creuza Josefa Morato, 355, 2 andar, Edifício San Patrick,

– Intermare – Cabedelo – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 às 14:00h; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.11. A Contratada obriga-se a manter, no mínimo, 01 (um) engenheiro civil diretamente vinculado ao objeto desta licitação.

24.12 – A Contratada reconhece o direito do Município de Cabedelo/PB de paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, sem qualquer indenização por materiais que não estiverem aplicados dentro das especificações prévias, bem como sem qualquer ônus, encargos

indenizações pelos materiais já colocados no canteiro da obra.

24.13.A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao Município de Cabedelo/PB ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes,perdas ou destruições, isentando o Município de Cabedelo/PB de todas e quaisquer reclamações pertinentes.

24.14. A Contratada é obrigada, às suas expensas, a comprar e manter no escritório da obra um livro de ocorrências, aprovado e rubricado pelo Fiscal de Obras, onde serão anotadas quaisquer alterações ou ocorrências, não sendo tomadas em consideração pelo Município de Cabedelo/PB, reclamações ali não registradas.

24.15.A Contratada obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer, obrigando-se até a entrega final, como fiel depositária dos mesmos.

24.16.A Contratada deverá fixar, ao iniciar a obra, no canteiro dos serviços, em local apropriado e indicado pela Fiscalização, a placa de que trata a Planilha Orçamentária e demais documentos necessários anexos ao Edital, de acordo com o modelo adotado pelo Contratante. Essa placa permanecerá enquanto durar a execução dos serviços.

24.17.As obras/serviços objeto deste Edital serão regidas pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT e pelas demais especificações técnicas.

24.18. A Contratada deverá fornecer a todos os seus empregados a serviço do Município de Cabedelo/PB, os equipamentos de Proteção Individual, levando em consideração a periodicidade, a quantidade, o tipo e a qualidade dos mesmos, dentro das especificações exigidas pelo Ministério do Trabalho, com relação ao Certificado de Aprovação – C. A. e/ou Certificado de Registro do Importador – CRI (NR6).

24.19.Será de inteira responsabilidade da Contratada, o treinamento de seus empregados quanto ao uso e conservação dos EPI'S (Equipamentos de Proteção Individual), quanto aos EPC's (Equipamentos de Proteção Coletiva) em estrita obediência às normas que regulam a matéria (PCMAT, PPRa, ASO's e CIPA) da Portaria nº 3.214 de 08/06/78.

24.20.É expressamente vedada à Contratada a subcontratação no todo do objeto do presente certame, podendo, no entanto, ocorrer a subcontratação de parte desse objeto à empresa(s) especializada(s), salvo dispositivo em contrário presente no termo de referência, mantida, contudo, única, exclusiva e integral responsabilidade da Contratada sobre tal objeto. A subcontratação só será permitida desde que avaliada e autorizada previamente pelo Contratante, sendo exigida a comprovação da viabilidade e necessidade da subcontratação e atestado de idoneidade da subcontratada.

24.21.Independente dos requisitos aqui estabelecidos, os participantes deverão atender aos demais requisitos previstos no termo de referência sob pena de inabilitação/desclassificação.

24.22. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o do Cabedelo, Estado da Paraíba.

Cabedelo - PB, 18 de novembro de 2025.

Glauciene Pinheiro Santos
Secretária Adjunta de Licitações

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 000/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL - PB.

OBJETO:
OBRA COMUM (INVERSÃO DE FASES).

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$.....(.....)

PRAZO DE EXECUÇÃO:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:
DETALHAMENTO DA PROPOSTA ENCONTRA-SE EM ANEXOS.

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:Banco:Conta: etc.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

ANEXO II

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL - PB.

PROPONENTE:

CNPJ:

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

ANEXO III - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2025

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL - PB.

PROPONENTE

CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº...../2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

CONTRATO Nº:/.....

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE E, PARA EXECUÇÃO DE OBRA CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Cabedelo localizada na Rua Benedito Soares da Silva, 131 - Monte Castelo - Cabedelo - PB, CNPJ nº 09.012.493/0001-54, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE neste ato representada pelo gestor e ordenador de despesa nos termos da Lei Municipal nº 2.275/23, Decreto Municipal nº 17/2018 o Sr., Brasileiro, Estado Civil, residente e domiciliado na Rua CPF nº, Carteira de Identidade nº SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na - - - -, CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Concorrência Eletrônica nº...../2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 017, de 29 de Março de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado em atenção ao art. 89 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada tem por objeto:, conforme ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES, do instrumento convocatório.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Concorrência Eletrônica e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

Como contraprestação à execução do objeto deste acordo, o Contratante pagará à Contratada o valor total estimado de (por extenso)

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

- Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.
- Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no Índice Nacional de Construção Civil – INCC acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros

do último reajuste.

- d) No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- e) Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- f) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- g) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- h) O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
- i) Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.
- j) O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

O prazo de execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades da Prefeitura Municipal, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, é de e será considerado a partir da emissão da ordem de serviço.

O prazo de vigência do contrato será de, considerado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b) Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c) Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d) Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
- e) Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a) Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

- b) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c) Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d) Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e) Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f) Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h) Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i) Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115a 123 da Lei 14.133/21;
- j) Além das obrigações elencadas acima, a contratada deverá assumir todas e quaisquer responsabilidades prevista no termo de referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

§1º Por se tratar de serviço obras, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificadas o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, bem como todas as documentações necessárias à legalidade para o recebimento e pleno funcionamento dos serviços obra, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

§2º O objeto deste contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

§3º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos

definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

- a) advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
- d) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
- f) aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- a) As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- b) Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- c) É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- d) Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- e) O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- f) O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- g) O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- h) O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- i) Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j) bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham

armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

- k) O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO:

- a) Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do Contrato são de responsabilidade única e exclusiva da Contratada.
- b) A Contratada obriga-se a manter, no mínimo, 01 (um) engenheiro diretamente vinculado ao objeto da licitação.
- c) A Contratada reconhece o direito do Município de Cabedelo – PB de paralisar a qualquer tempo ou suspender a execução dos serviços, mediante o pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, sem qualquer indenização pelos materiais que não estiverem aplicados dentro das especificações prévias, bem como sem qualquer ônus, encargos ou indenizações pelos materiais já colocados no canteiro do serviço/obra.
- d) A Contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao Município de Cabedelo – PB ou a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o Município de Cabedelo – PB de todas e quaisquer reclamações pertinentes.
- e) A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme disposto no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.
- f) A Contratada é obrigada, às suas expensas, a comprar e manter na obra livro(s) de ocorrências, aprovado(s) e rubricado(s) pelo Fiscal de Obras, onde serão anotadas quaisquer alterações ou ocorrências, não sendo tomadas em consideração pelo Município de Cabedelo – PB, reclamações ali não registradas.
- g) A Contratada obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados, cabendo-lhe a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer, obrigando-se até a entrega final como fiel depositária dos mesmos.
- h) A Contratada deverá fornecer a todos os seus empregados a serviço do Município de Cabedelo – PB, os Equipamentos de Proteção Individual, levando em consideração a periodicidade, a quantidade, o tipo e a qualidade dos mesmos, dentro das especificações exigidas pelo Ministério do Trabalho, com relação ao Certificado de Aprovação – C. A. e/ou Certificado de Registro do Importador – CRI (NR6).
- i) A Contratada deverá confeccionar e colocar no mínimo 01 (uma) placa indicativa no local da obra no modelo padrão indicado do Município de Cabedelo – PB.
- j) Os serviços/obra objeto deste acordo serão regidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT e pelas demais especificações técnicas do projeto.
- k) Os casos omissos neste instrumento, poderão ser objeto de adequação mediante termo aditivo ou apostilamento nos termos da lei.

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Cabedelo - PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Cabedelo - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....

ANEXO V

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL - PB.

PROPONENTE:
CNPJ:

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Cabedelo, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública, caso esteja enquadrados nas condições de ME ou EPP.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CAR

GO

Representante legal do proponente.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 385E-15AD-DAD9-E148

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GLAUCIENE PINHEIRO SANTOS (CPF 853.XXX.XXX-91) em 18/11/2025 11:35:00 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/385E-15AD-DAD9-E148>

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE		
Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor		
RISCO 01 – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL		
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Id	Dano	
1.	Atraso no procedimento licitatório.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Análise pormenorizada dos itens exigidos no Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei.	SECOL / Acessoria Jurídica
2.	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	SEINFRA / Diretoria de Projetos
3.	Observar atentamente as regulamentações na condução do processo licitatório.	Agente de Contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Tomar as providências necessárias ao saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação.	SECOL / Equipe de Planejamento da Infraestrutura da Educação
RISCO 02 – LICITAÇÃO RESULTA SEM VENCEDOR HABILITADO		
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Id	Dano	
1.	Atraso no procedimento licitatório.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Verificar as exigências solicitadas e analisar se encontram-se compatíveis com a realidade do mercado.	SECOL / Equipe de Planejamento da Infraestrutura da Educação
2.	Dar ampla publicidade ao edital	SECOL
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Revisar exigências do edital e realizar nova licitação.	SECOL / Equipe de Planejamento
RISCO 03 – ESTIMATIVA DE PREÇO EM DESCOMPASO COM OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO		
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixa	(<input checked="" type="checkbox"/>) Média (<input type="checkbox"/>) Alta
Id	Dano	
1.	Licitação deserta (descontinuidade do serviço) ou contratação por preço elevado	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar extensa e adequada pesquisa de mercado.	SEINFRA / Diretoria de Projetos -

		SEDUC
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	No caso de preço elevado, deve o Agente de Contratação negociar a redução dos valores propostos, tendo como parâmetro os valores do projeto / planilha.	Agente de Contratação
2.	No caso de licitação deserta, avaliar a possibilidade de proceder à contratação direta por dispensa de licitação.	Orgão Requisitante (SEDUC)

FASE DE ANÁLISE

Gestão do Contrato

RISCO 04 – CONTRATADA DEIXA DE ATENDER AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS/TÉCNICAS PARA PRESTAR O SERVIÇO

Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Id	Dano		
1.	Possibilidade de inexecução e rescisão do contrato, prejudicando a conclusão do serviço.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Prestar especial atenção na análise da documentação da empresa que mantenha todas as condições de habilitação econômica, financeira e técnica.	Gestor e Fiscal do Contrato	
2.	Fiscalizar o contrato, atentando para a devida qualidade técnica na realização das atividades e para a manutenção das condições de contratação exigidas na habilitação.	Fiscal do Contrato	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas	Fiscais do Contrato	
2.	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.	Gestor e Secretario de Educação	
3.	Aplicação de penalidades	Fiscais do Contrato/ Acessoria Jurídica	
4.	Convocar segunda colocada para conclusão dos serviços.	SECOL	

RISCO 05 – SERVIÇO PRESTADO DE FORMA INSATISFATÓRIA/DEFICIENTE

Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Id	Dano		
1.	Interferência na qualidade dos serviços prestado a Prefeitura Municipal de Cabedelo-PB		
2.	Descumprimento das cláusulas contratuais.		
3.	Interrupção dos serviços prestados a Prefeitura Municipal de Cabedelo-PB		
Id	Ação Preventiva	Responsável	

1.	Estabelecer comunicação com a empresa, informando de maneira clara como devem ser executados os serviços, inclusive com o nível de qualidade esperado, de forma a garantir que a empresa tenha plena ciência e conhecimento do resultado a ser entregue.	Fiscais do Contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Comunicação tempestiva e reiterada à empresa para regularização das pendências apontadas	Gestor/Fiscal do Contrato
2.	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.	Gestor e Secretario de Educação
3.	Aplicação de penalidades	Secretario de Educação
RISCO 06 – OCORRÊNCIA DE ACIDENTE DE TRABALHO		
Probabilidade:	(X) Baixa () Média () Alta	
Impacto:	() Baixa () Média (X) Alta	
Id	Dano	
1.	Ferimento de funcionário terceirizado. Em casos extremos, inclusive com possibilidade de morte.	
2.	Possibilidade de acionamento judicial Prefeitura Municipal de Cabedelo-PB	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Previsão da exigência de equipamentos de proteção individual (EPIs) nas especificações técnicas do termo de referência.	SEDUC / Diretoria de Infraestrutura
2.	Fiscalizar e exigir o uso de EPIs pelos funcionários terceirizados.	Fiscais do Contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Abertura de processo administrativo para averiguação do problema e apuração de responsabilidade.	Gestor do Contrato e Secretario de Educação
2.	Em caso de acionamento judicial, apresentar defesa técnica.	Fiscais do Contrato

Responsáveis pela elaboração do presente mapa de risco

Cabedelo-PB, 9 de julho de 2025.

Nome	Matrícula
Alexandra dos Santos Nascimento Fernsades	05.840-8
Gisele Monteiro Pereira	05.733-9

Documento assinado digitalmente
gov.br ALEXANDRA DOS SANTOS NASCIMENTO FERNA
Data: 09/07/2025 10:22:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Alexandra dos Santos Nascimento Fernandes
Coordenadora de Suprimentos

GISELE
MONTEIRO
PEREIRA
Assinado de forma digital por GISELE MONTEIRO PEREIRA
Dados: 2025.07.09 10:14:56 -03'00'
Gisele Monteiro Pereira
Engenheira Orçamentista

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de serviços de manutenção e recuperação das quadras das Escolas Municipais Vereador Pedro Américo da Silva e Maria José de Miranda Burity, localizadas no município de Cabedelo/PB, conforme especificações e quantitativos constantes na planilha orçamentária anexa.

Localização das unidades:

ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR PEDRO AMÉRICO DA SILVA: Rua General José Araken Rodrigues, 07 – Jacaré – Cabedelo/PB – CEP 58105-770

ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSÉ DE MIRANDA BURITY: Rua Carolino Cardoso, s/n – Poço – Cabedelo/PB – CEP 58101-502

2. DO PRAZO DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 210 (duzentos e dez) dias, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável nas hipóteses e nos termos do art.111 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo máximo para execução dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da emissão da Ordem de Serviço.

2.3. A futura contratação será realizada para fins de garantir a manutenção da atividade administrativa e educacional, decorrente de necessidades permanentes e estruturais, cuja interrupção ocasionaria prejuízos à comunidade escolar e ao atendimento de direitos constitucionais.

2.4. A contratação se refere a serviços comuns de engenharia, pois atendem à necessidade e à utilidade no atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação e da comunidade local.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa a manutenção e recuperação das quadras poliesportivas das Escolas Municipais Vereador Pedro Américo da Silva e Maria José de Miranda Burity, equipamentos essenciais para o desenvolvimento de atividades físicas, esportivas, culturais e de convivência comunitária.

As estruturas apresentam sinais evidentes de deterioração física e estrutural, comprometendo a segurança dos usuários e a qualidade das atividades pedagógicas e

comunitárias. A intervenção é urgente para garantir um ambiente seguro, acessível e funcional, alinhado às normas técnicas da ABNT e às diretrizes legais da educação.

A ação fundamenta-se:

No art. 206, inciso VII, da Constituição Federal, que assegura o padrão de qualidade na educação;

Na Lei nº 9.394/1996 (LDB), art. 4º, inciso VII, que determina a oferta de infraestrutura física adequada;

No Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que estabelece metas de melhoria da infraestrutura escolar;

Nas obrigações constitucionais dos entes federativos de garantir o direito à educação com equidade e qualidade.

Além do impacto educacional, a recuperação das quadras fortalece políticas públicas de esporte, lazer, inclusão social e combate ao sedentarismo, beneficiando crianças, jovens e toda a comunidade do entorno.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos técnicos

4.1.1. A proposta deverá ser elaborada em estrita conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, seus anexos e a planilha orçamentária fornecida pela Prefeitura Municipal de Cabedelo.

4.1.2. A empresa contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) junto ao CAU, emitida em nome do profissional responsável pela execução dos serviços, com vínculo comprovado à empresa.

4.1.3. A comprovação da capacidade técnico-profissional será exigida exclusivamente para as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, devendo a licitante apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA ou CAU, em nome do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s), que comprove(m) experiência em serviços similares aos seguintes:

- A. Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos furados (9×19×19 cm, espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira (Item 3.1 – AF_12/2021);
- B. Cobertura com telhas metálicas galvanizadas (espessura 0,43 mm), com parafusos auto-atarrachantes (Item 4.1);
- C. Calha em chapa de aço galvanizado nº 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical (Item 4.6 – AF_07/2019);

D. Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador (Item 6.4 – AF_05/2021).

4.1.4. A comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa deverá ser feita mediante Certidão de Acervo Operacional (CAO) emitida pelo CREA, nos termos da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares, com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, considerando os mesmos itens listados no item 4.1.3. Sendo consideradas para avaliação da similaridade dos serviços as seguintes parcelas de maior relevância técnica, comprovando os seguintes:

A) Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19 cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. AF_12/2021 (Item 3.1) = 9,00m²

B) Cobertura c/ telhas metálicas e=0,43mm, em chapa galvanizada, com parafusos auto - atarrachantes (Item 4.1) = 48,00m²

C) Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical. AF_07/2019 (Item 4.6) = 10,00m

D) Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador. AF_05/2021 (Item 6.4) = 200,00m²

4.1.5. Na ausência de CAO ou para empresas registradas no CAU, será admitida a apresentação de atestados técnicos emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços similares, com quantitativos iguais ou superiores aos exigidos.

4.1.6. O(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução do contrato. Qualquer substituição estará condicionada à aprovação prévia da Administração, devendo o novo profissional possuir experiência técnica equivalente ou superior, conforme art. 67, §6º, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.7. A equipe técnica deverá ter um único coordenador, devidamente habilitado como Engenheiro Civil (ou profissional equivalente reconhecido pelo CREA/CAU), que será o interlocutor entre a contratada e a Administração, e deverá ser o detentor da CAT referida.

4.1.8. Não serão aceitos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham sofrido sanções nos termos dos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, decorrentes de atos profissionais sob sua responsabilidade.

4.1.9. A licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou conhecimento das condições locais e das peculiaridades do objeto, assumindo total responsabilidade por eventuais desconhecimentos, nos termos do art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.10. A empresa deverá manter, durante toda a execução, no mínimo um engenheiro civil diretamente vinculado à obra, com ART/RRT ativa e comprovada disponibilidade para acompanhamento presencial.

4.2. Requisitos de sustentabilidade

Adoção do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), conforme Resolução CONAMA nº 307/2002;

Minimização de impactos ambientais durante a execução da obra;

Descarte adequado de resíduos em áreas licenciadas.

4.3. Requisitos legais

Cumprimento das normas trabalhistas, previdenciárias e de segurança do trabalho (NRs);

Emprego de, no mínimo, 5% de vagas para pessoas sentenciadas, conforme Lei Estadual nº 9.430/2011, salvo nos casos de desobrigação legal;

Regularidade fiscal, trabalhista e social perante os órgãos competentes.

4.4. Requisitos temporais

Prazo máximo de 180 dias para conclusão dos serviços, contados da Ordem de Serviço;

Entrega parcial ou total conforme cronograma físico-financeiro a ser apresentado pela contratada.

4.5. Requisitos especiais

Manutenção de engenheiro civil diretamente vinculado à obra;

Instalação de placa padrão de identificação da obra, conforme modelo da PMC;

Realização de visita técnica prévia ao local ou apresentação de declaração de conhecimento das condições locais.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A solução compreende a recuperação integral das quadras, incluindo:

Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos;

Cobertura com telhas metálicas galvanizadas;

Instalação de calhas em chapa de aço galvanizado;

Pintura de piso com tinta acrílica em duas demãos;

Demais serviços descritos na planilha orçamentária.

5.2. A execução deverá ser supervisionada por profissional habilitado, com ART/RRT ativa e experiência comprovada em obras similares.

5.3. Instalação e fiscalização:

A contratada será responsável por todos os insumos, equipamentos, transporte e mão de obra;

A fiscalização será exercida por servidor designado pela Secretaria Municipal de Educação.

5.4. Garantia:

Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de execução, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);

A contratada responderá por reparos, substituições ou reconstruções necessárias, às suas expensas.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os serviços deverão ser executados de forma contínua, conforme cronograma físico a ser apresentado pela contratada no ato da assinatura do contrato.

6.2. A Ordem de Serviço será emitida pela Secretaria Municipal de Educação após a assinatura do contrato.

6.3. A obra será executada nos endereços indicados na seção 1, em horário comercial, respeitando as normas de segurança e convivência com a comunidade escolar.

6.4. A contratada poderá subcontratar partes da obra, desde que mantenha a responsabilidade técnica e apresente os respectivos profissionais habilitados.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. A fiscalização será exercida pelo Fiscal do Contrato, servidor da Secretaria Municipal de Educação, formalmente designado por portaria.

7.2. O Gestor do Contrato será indicado pela SEDUC e atuará como interlocutor principal entre as partes.

7.3. O fiscal registrará todas as ocorrências em livro de obra rubricado e adotará as providências necessárias para regularização de falhas.

7.4. O recebimento provisório ocorrerá em até 15 dias após a comunicação de conclusão dos serviços.

7.5. O recebimento definitivo será realizado em até 90 dias após o recebimento provisório, mediante vistoria técnica.

7.6. A contratada manterá preposto aceito pela Administração durante toda a execução.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Aplicam-se as sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

Advertência;

Multa (0,5% a 30% do valor do contrato);

Impedimento de licitar (até 3 anos);

Declaração de inidoneidade (3 a 6 anos).

As sanções serão aplicadas conforme a gravidade da infração, com direito à ampla defesa.

9. DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. Será exigida garantia de execução no valor de 5% do contrato, na forma de seguro-garantia, caução em dinheiro ou fiança bancária, conforme art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Adicionalmente, será exigida garantia complementar para propostas inferiores a 85% do orçamento de referência, conforme art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado mensalmente, mediante medição física dos serviços executados.

10.2. A liquidação ocorrerá em até 10 dias úteis após a apresentação da nota fiscal e comprovação de regularidade fiscal.

10.3. O pagamento será realizado em até 10 dias úteis após a liquidação, por meio de ordem bancária.

10.4. Serão retidos na fonte os tributos devidos, ressalvadas as empresas optantes pelo Simples Nacional.

11. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. A presente contratação será realizada por meio de Concorrência, na forma presencial ou eletrônica, conforme regulamentação vigente, com fundamento no art. 24, inciso II, c/c art. 6º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços comuns de engenharia.

11.2. O critério de julgamento será o de menor preço global, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. O modo de disputa será aberto, permitindo a apresentação de lances sucessivos e decrescentes pelos licitantes habilitados, em conformidade com o art. 57 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. O orçamento estimado pela Administração será sigiloso, não sendo divulgado no edital nem durante a sessão de julgamento, nos termos do art. 52, §2º, da Lei nº 14.133/2021. A manutenção do sigilo visa preservar o poder de negociação da Administração e incentivar a competitividade real entre os licitantes, evitando ancoragem de preços em torno do valor de referência.

11.5. Será vedada a participação de consórcios, em razão da natureza do objeto, que, apesar de demandar qualificação técnica específica, apresenta baixa complexidade operacional e é plenamente executável por empresas individualmente qualificadas, conforme justificado no item 11.7 deste Termo.

11.6. A habilitação dos licitantes ocorrerá antes da fase de lances (inversão de fases), nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a fim de assegurar que somente empresas com comprovada capacidade técnico-profissional e operacional participem da disputa de preços, garantindo a exequibilidade das propostas e a qualidade na execução dos serviços.

11.7. Justificativa para a vedação da participação de consórcios:

A vedação à participação de empresas em consórcio fundamenta-se na natureza do objeto — serviços de manutenção e recuperação de quadras escolares — que, embora exijam responsabilidade técnica (ART/RRT, CAT/CAO), não apresentam complexidade técnica ou financeira que justifique a formação de consórcios. Ademais, o mercado local conta com diversas empresas individualmente capacitadas para executar o escopo proposto, o que assegura ampla competitividade sem a necessidade de associações temporárias. A opção por empresas isoladas simplifica a fiscalização, a gestão contratual e a responsabilização técnica, alinhando-se aos princípios da eficiência, economicidade e segurança jurídica.

11.8. Será exigida, na fase de habilitação, comprovação de capacidade técnico-profissional para as parcelas de maior relevância técnica (alvenaria, cobertura metálica, calhas e pintura de piso), por meio de Certidão de Acervo Técnico (CAT) ou atestados válidos, conforme disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e detalhado na seção 4 deste Termo.

11.9. A licitante vencedora cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração deverá apresentar garantia adicional, nos termos do art. 59, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.10. A contratação não será realizada por registro de preços, por se tratar de objeto específico, localizado e com prazo definido de execução.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado para a contratação é de R\$ 215.919,83 (duzentos e quinze mil, novecentos e dezenove reais e oitenta e três centavos).

12.2. O orçamento é sigiloso e baseado em composições do SINAPI e ORSE-SE, data-base junho/2025, com desoneração de folha.

12.3. A memória de cálculo encontra-se em anexo ao presente Termo de Referência.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas correrão à conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, exercício 2025, conforme classificação funcional-programática a ser indicada no processo administrativo.

13.2. A cada exercício, será verificada a disponibilidade de crédito orçamentário.

14. DO REAJUSTAMENTO

14.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da proposta.

14.2. Após esse período, poderá ser aplicado reajuste anual com base na variação do IPCA, desde que o contrato ainda esteja em vigor.

14.3. Em caso de desequilíbrio econômico-financeiro, poderá ser requerido o reequilíbrio, com comprovação documental e pesquisa de mercado, nos termos do art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

Cabedelo, 21 de outubro de 2025.

GISELE MONTEIRO
PEREIRA

Assinado de forma digital por
GISELE MONTEIRO PEREIRA
Dados: 2025.10.21 12:13:14
-03'00'

Gisele Monteiro Pereira
Engenheira Orçamentista

DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

O presente termo de referência foi objeto de análise pela equipe técnica de planejamento, as quais estabeleceram as demandas necessárias para atender as necessidades específicas desta Secretaria diante todas as informações já especificadas nos demais documentos anexos ao processo administrativo.

Por este motivo, a Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições conforme previsto no Decreto Municipal nº 17 de 15 de junho de 2018 c/c art. 9º, §3º do Decreto Municipal nº 17/2023, APROVO o presente termo de referência e autorizo a continuidade da referida contratação.

Cabedelo-PB 21 de outubro de 2025.

PRISCILA C. C. REZENDE SANTINO

Secretária de Educação

PROJETO BÁSICO DE APROVAÇÃO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS QUADRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS VEREADOR PEDRO AMERICO DA SILVA E MARIA JOSE DE MIRANDA BURITY PARA ATENDER AS NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O presente PROJETO BÁSICO foi objeto de análise pela equipe técnica de planejamento, as quais estabeleceram as demandas necessárias para atender as necessidades específicas desta Secretaria diante todas as informações já especificadas nos demais documentos anexos ao processo administrativo. Por este motivo, a Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições conforme previsto no Decreto Municipal nº 17 de 15 de junho de 2018 c/c art. 9º, §3º do Decreto Municipal nº 17/2023, APROVO o presente PROJETO BÁSICO e autorizo a continuidade da referida contratação.

Cabedelo-PB, 21 de outubro de 2025.

Atenciosamente,

Priscilla C. C. Rezende Santino
Secretária de Educação



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7754-54EB-D900-AD3C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



PRISCILLA C. C. REZENDE SANTINO (CPF 057.XXX.XXX-03) em 21/10/2025 14:09:44 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/7754-54EB-D900-AD3C>

MEMORIAL DESCRITIVO

**MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS QUADRAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
VEREADOR PEDRO AMÉRICO DA SILVA E MARIA JOSÉ DE MIRANDA BURITY**

Proprietário:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL CNPJ Nº: 09.012.493/0001-54

QUADRA DA ESCOLA MARIA JOSÉ DE MIRANDA BURITY

Endereço:

RUA CAROLINO CARDOSO, S/N

CEP: 58101-502

BAIRRO: POÇO, MUNICÍPIO: CABEDEL - PB

Endereço da Obra:

RUA CAROLINO CARDOSO, S/N

CEP: 58101-502

BAIRRO: POÇO, MUNICÍPIO: CABEDEL – PB

QUADRA DA ESCOLA VEREADOR PEDRO AMÉRICO DA SILVA

Endereço:

RUA GENERAL JOSÉ ARACKEN RODRIGUES, 07

CEP: 58105-770

BAIRRO: JACARÉ, MUNICÍPIO: CABEDEL - PB

Endereço da Obra:

RUA GENERAL JOSÉ ARACKEN RODRIGUES, 07

CEP: 58105-770

BAIRRO: JACARÉ, MUNICÍPIO: CABEDEL - PB

INTRODUÇÃO

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade descrever os serviços técnicos necessários à execução da manutenção e recuperação das quadras poliesportivas das Escolas Municipais Vereador Pedro Américo da Silva e Maria José de Miranda Burity, localizadas no município de Cabedelo/PB. A obra visa adequar e recuperar a infraestrutura esportiva e recreativa dessas unidades escolares, promovendo um ambiente seguro, funcional e adequado para a prática de atividades físicas, esportivas e pedagógicas pelos alunos, professores e comunidade escolar.

OBJETIVO DO DOCUMENTO

Este memorial descritivo integra o projeto básico de manutenção e recuperação das quadras poliesportivas, com o objetivo de detalhar os materiais, componentes e métodos construtivos adotados. O documento serve como subsídio ao projeto executivo e à elaboração do orçamento, fornecendo as especificações técnicas necessárias para a correta execução dos serviços.

As marcas e fabricantes mencionados são apresentados unicamente como referência. Este documento não direciona a escolha de marcas específicas, tampouco mantém cadastro de fornecedores.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A intervenção abrange a recuperação completa das quadras poliesportivas, incluindo a substituição de alambrados, estruturas metálicas, coberturas, pinturas e demarcações, além da manutenção de portões, colunas estruturais e sistemas de drenagem.

As áreas de intervenção foram projetadas para atender às normas de segurança, acessibilidade e funcionalidade, garantindo a durabilidade dos materiais e a proteção dos usuários. Os materiais e procedimentos adotados seguem as recomendações das normas técnicas da ABNT, bem como as especificações do SINAPI e critérios de engenharia aplicáveis a obras escolares.

1 - SERVIÇOS INICIAIS E DE ENGENHARIA

Placa de obra: Deverá ser instalada uma Placa de Obra em local de boa visibilidade, pintada e fixada em estrutura de madeira, nas dimensões 2,00mx1,50m, conforme modelo que será fornecido pela Contratante, em local de fácil visualização, contendo informações sobre o nome da obra, contratante, executora, responsável técnico e prazo de execução.

2 - DEMOLIÇÕES

Retirada de Alambrado Existente:

Será realizada a demolição e retirada do alambrado existente, composto por tela de arame galvanizado, em uma área total de 450 m². Todo o entulho gerado será recolhido, carregado e

transportado para local autorizado de destinação final, utilizando caminhão basculante com auxílio de escavadeira hidráulica.

3 - ALVENARIA DE VEDAÇÃO

Alvenaria de Blocos Cerâmicos:

Será executada alvenaria de vedação com blocos cerâmicos furados de dimensões 9x19x39 cm, com espessura de 9 cm, assentados com argamassa de cimento, cal e areia no traço 1:2:8, preparada manualmente. A área total da alvenaria é destinada a fechamentos complementares nas estruturas das quadras.

4 - COBERTURA

Cobertura com Telhas Metálicas:

Será instalada cobertura em telhas metálicas de chapa galvanizada, com espessura de 0,43 mm, totalizando 96,00 m². As telhas serão fixadas com parafusos auto-atarrachantes com vedação de borracha.

Estrutura Metálica de Apoio:

Arcos Trelçados: Instalação de estrutura em perfil "U" enrijecido (150x50x3 mm), totalizando 11,00 kg.

Terças: Instalação de perfis "U" 50x25x2,00 mm, em 70,00 metros lineares.

Esticadores: Instalação de 70 unidades de esticadores de ½" (12,5 mm) para tensionamento da estrutura.

Perfis de Apoio: Instalação de perfil "U" 4" em 60,00 metros lineares para fixação da chapa metálica. Calhas:

Instalação de calhas em chapa de aço galvanizado nº 24, com desenvolvimento de 100 cm linear, totalizando 20,00 metros, com inclinação adequada para escoamento pluvial. O sistema será conectado à rede de drenagem existente.

5 - ESQUADRIAS

Grade de Proteção:

Será instalada nova grade de proteção em ferro com tela de aço galvanizado, fio 12, malha losangular de 2", reforçada com cantoneira "L" de ¾"x1/8".

Portões:

Substituição e instalação de 1 (um) portão em tubo de ferro galvanizado, com dobradiças, fechaduras e sistema de abertura funcional, compatível com o novo alambrado.

7 - PINTURA

Preparação de Superfícies Metálicas:

Execução de lixamento mecanizado em todas as superfícies metálicas (estruturas, tubos, perfis), para remoção de óxido, sujeira e pintura antiga, garantindo boa aderência da nova camada.

Pintura de Fundo (Zarcão):

Aplicação de tinta alquídica tipo zarcão, pulverizada, em duas demãos, sobre todas as superfícies metálicas.

Pintura de Acabamento Epóxi:

Aplicação de tinta epóxica de acabamento, também pulverizada, em duas demãos, sobre a estrutura metálica (perfis, arcos, terças), totalizando 380,48 m², garantindo resistência à corrosão e intempéries.

Pintura do Piso da Quadra:

Aplicação de tinta acrílica para piso, em duas demãos, com fundo preparador, proporcionando aderência, durabilidade e segurança contra escorregamentos.

Demarcação da Quadra Poliesportiva:

Demarcação com tinta acrílica específica para áreas esportivas, com espessura de 5 cm, em linhas definidas conforme padrões oficiais de quadra poliesportiva (futsal, vôlei, basquete, etc).

8 - DIVERSOS

Alambrado para Quadra Poliesportiva:

Instalação de novo alambrado estruturado com tubos de aço galvanizado:

Montantes com diâmetro de 2”;

Travessas e escoras com diâmetro de 1¼”;

Tela de arame galvanizado, fio 12 BWG, malha quadrada de 7,5x7,5 cm, revestida com PVC (sem mureta).

Andaimes:

Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo torre, em 44,00 m lineares, para acesso seguro durante a execução dos serviços.

Locação de 88 unidades de andaime metálico tubular de encaixe, tipo torre, com painéis de 1,00 a 1,50 m de largura e 1,00 m de altura, incluindo diagonais, barras de ligação, sapatas e rodízios.

Reforço Estrutural:

Recuperação de 8 (oito) colunas metálicas danificadas, com reforço estrutural mediante instalação de 60 metros lineares de cantoneiras de aço 1"x3/16", garantindo estabilidade e segurança da estrutura.

Tirantes:

Fornecimento e instalação de 60 metros de tirantes de 12,5 mm (½”).

Fornecimento e instalação de 60 metros de tirantes de 3/8”, para estabilização da estrutura metálica.

Perfis de Reforço:

Instalação de perfil “L” (35x35x3 mm), como reforço lateral nos arcos treliçados.

Tubos Estruturais:

Instalação de 72,00 metros de tubo de 2” em chapa 16.

Instalação de 72,00 metros de tubo de 2½” em chapa 16, para reforço e sustentação da cobertura.

Recuperação de Portões:

Adequação e recuperação de 1 (um) portão existente, com reforço estrutural, pintura e ajuste de ferragens, garantindo funcionamento seguro e durável.

Limpeza Geral:

Execução de limpeza final da área da quadra, com remoção de entulhos, resíduos de construção, manchas de tinta e sujeiras, garantindo a entrega da obra em perfeitas condições de uso.

9 - SERVIÇOS FINAIS

Ao término dos serviços, a obra será entregue totalmente limpa, livre de entulhos, materiais soltos e resíduos de construção. Todos os acessos, pisos, estruturas e equipamentos serão devidamente higienizados.

Os materiais excedentes serão armazenados adequadamente ou removidos do local. Será realizada inspeção final com a fiscalização para verificação da conformidade com o projeto e o memorial descritivo.

NOTA: Todo e qualquer serviço, deverá ser executado conforme projeto e memorial não sendo permitidas alterações sem autorização escrita do responsável técnico sob pena do proprietário ou o construtor arcarem com as responsabilidades pelo que vier a ocorrer.

GISELE
MONTEIRO
PEREIRA

Assinado de forma
digital por GISELE
MONTEIRO PEREIRA
Dados: 2025.08.28
10:15:02 -03'00'

Gisele Monteiro Pereira
Engenheira Orçamentista
CREA: 160858770-3



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Manutenção e Recuperação das Quadras das Escolas Municipais Vereador Pedro Americo da Silva e Maria Jose de Miranda Burity

MEMÓRIA DE CÁLCULO

ITEM 2.1

Retirada de alambrado (tela)					
	Comprimento		Altura		
Burity	120,00	x	2,50	=	300,00
Pedro Américo	60,00	x	2,50	=	150,00
TOTAL					450,00 m

ITEM 3.1

Alvenaria de 1/2 vez					
	Comprimento		Altura		
Burity	2,50	x	3,00	=	7,50
			Total	=	7,50
Pedro Américo	3,50	x	3,00	=	10,50
			Total	=	10,50
					18.00 m²

ITEM 4.1

Coberta em telha metálica					
Pedro Américo	6,20	x	8,00	=	49,60
Burity	5,80	x	8,00	=	46,40
TOTAL					96,00 m ²

ITENS 4.3

Fornecimento e instalação de perfil U					
Pedro Américo	43,00	x	1,00	=	43,00
Burity	27,00	x	1,00	=	27,00
					70,00 m

ITEM 4.6

Calha		
Pedro Américo		10,00
Burity		10,00
TOTAL		20,00 m

ITEM 5.1

Grade de ferro					
Pedro Américo	8,00	x	2,00	=	16,00
Burity	5,00	x	2,00	=	10,00
					26,00 m ²

ITENS 6.2 e 6.3

Pintura					
Pedro Américo	27,26	x	2,00	x	2,50
Burity	48,84	x	2,00	x	2,50
TOTAL GERAL					380,48 m ²

ITENS 6.4 e 6.5

Pintura em Piso					
Pedro Américo	12,00	x	10,83	x	
					130,00

Burity	18,00	x	15,00	x	=	270,00
TOTAL GERAL						400,00 m²

ITEM 7.1

Alambrado						
Pedro Américo	66,43	x	2,80	=	186,00	
Burity	95,00	x	2,80	=	266,00	
						452,00 m²

GISELE
MONTEIRO
PEREIRA

Assinado de forma digital por
GISELE MONTEIRO PEREIRA
Dados: 2025.08.28 11:59:17
-03'00'



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
OBRA: Manutenção e Recuperação das Quadras das Escolas Municipais Vereador Pedro Americo da Silva e Maria Jose de Miranda Burity
LOCAL: - CABELO/PB

DATA BASE: jun/25
COM DESONERAÇÃO
ES: 91,01%
BDI: 27,70%

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	Cód. SINAPI	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Preço	
						Unitário	Total
1.0		SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	CP 001	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada	m²	6,00	371,64	474,58	2.847,51
						Sub-total - Item 1	2.847,51
2.0		DEMOLIÇÕES					
2.1	CP 002	Retirada de alambrado (tela)	m²	450,00	0,93	1,19	534,42
2.2	100981	Carga, manobra e descarga de entulho em caminhão basculante 6 m³ - carga com escavadeira hidráulica (caçamba de 0,80 m³ / 111 hp) e descarga livre (unidade: m3). af_07/2020	m³	45,00	8,95	11,43	514,31
						Sub-total - Item 2	1.048,73
3.0		ALVENARIA DE VEDAÇÃO					
3.1	103323	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na vertical, 9x19x39cm (espessura 9 cm) e argamassa de assentamento com preparo manual AF_12/2021	m²	18,00	55,48	70,85	1.275,26
						Sub-total - Item 3	1.275,26
4.0		COBERTA					
4.1	CP 003	Cobertura c/ telhas metálicas e=0,43mm, em chapa galvanizada, com parafusos auto - atarrachantes	m²	96,00	63,09	80,57	7.734,33
4.2	CP 004	Fornecimento e instalação de arco treliçado em perfil enrijecido u (150x50x3)mm, com cantoneira de 1 1/2 x 1/8	Kg	11,00	16,45	21,01	231,07
4.3	CP 005	Fornecimento e instalação de perfil u 50 x 25 x 2,00 para terças	m	70,00	17,48	22,32	1.562,54
4.4	CP 006	Fornecimento e instalação de esticador de ø1/2" (12,5mm)	und	70,00	30,06	38,39	2.687,06
4.5	CP 007	Fornecimento e instalação perfil "u" de 4" na chapa de 1/8	m	60,00	100,29	128,07	7.684,22
4.6	94229	Calha em chapa de aço galvanizado número 24, desenvolvimento de 100 cm, incluso transporte vertical. AF_07/2019	m	20,00	140,02	178,81	3.576,11
						Sub-total - Item 4	23.475,33
5.0		ESQUADRIAS					
5.1	CP 008	Grade de ferro com tela de aço galvanizado fio 12, malha 2", losangular, sem revestimento e cantoneira em "L" de abas iguais de 3/4" x 1/8"	m²	26,00	177,77	227,01	5.902,32
5.2	CP 009	Assentamento portões em tubo de ferro galvanizado, inclusive fornecimento de dobradiças e fechaduras para alambrado	un	1,00	125,22	159,91	159,91
						Sub-total - Item 5	6.062,23
6.0		PINTURA					
6.1	CP 010	Lixamento mecanizado em superfícies metálicas em obras	m²	96,00	7,36	9,40	902,28
6.2	100721	Pintura com tinta alquídica de fundo (tipo zarcão) pulverizada sobre superfícies metálicas (exceto perfil) executado em obra (por demão). AF_01/2020_PE	m²	380,48	21,98	28,07	10.679,49
6.3	CP 011	Pintura com tinta epoxídica de acabamento pulverizada sobre perfil metálico (02 DEMÃOS). (ESTRUTURA METÁLICA)	m²	380,48	37,00	47,25	17.977,30
6.4	102491	Pintura de piso com tinta acrílica, aplicação manual, 2 demãos, incluso fundo preparador. AF_05/2021	m²	400,00	18,61	23,76	9.505,99
6.5	102504	Pintura de demarcação de quadra poliesportiva com tinta acrílica, e = 5 cm, aplicação manual. AF_05/2021	m²	400,00	8,53	10,89	4.357,12
						Subtotal - Item 6	43.422,18
7.0		DIVERSOS					
7.1	CP 012	Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes com diametro 2", travessas e escoras com diametro 1 1/4"), com tela de arame galvanizado, fio 12 bwg e malha quadrada 7,5 x 7,5cm revestida em PVC (EXCETO MURETA).	m²	452,00	182,62	233,21	105.408,99
7.2	97064	Montagem e desmontagem de andaime tubular tipo "torre" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	m	44,00	19,27	24,61	1.082,74
7.3	CP 013	Locacao de andaime metalico tubular de encaixe, tipo de torre, cada painel com largura de 1 ate 1,5 m e altura de *1,00* m, incluindo diagonal, barras de ligacao, sapatas ou rodizios e demais itens necessarios a montagem	und	88,00	19,80	25,28	2.225,04
7.4	CP 014	Recuperação de 8 colunas metálicas, com reforço estrutural através da instalação de 60 metros lineares de cantoneiras de aço 1" x 3/16"	und	1,00	1.280,27	1.634,90	1.634,90
7.5	CP 015	Fornecimento e assentamento tirantes, bitola 12,5mm.	m	60,00	19,62	25,05	1.503,28
7.6	CP 016	Fornecimento e assentamento tirantes, bitola 3/8"	m	60,00	20,49	26,17	1.569,94



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELLO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
OBRA: Manutenção e Recuperação das Quadras das Escolas Municipais Vereador Pedro
Americo da Silva e Maria Jose de Miranda Burity
LOCAL: - CABEDELLO/PB

DATA BASE: jun/25
COM DESONERAÇÃO

ES: 91,01%

BDI: 27,70%

PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	Cód. SINAPI	DISCRIMINAÇÃO	Unidade	Quantidade	Custo Unitário	Preço	
						Unitário	Total
7.7	CP 017	Fornecimento e instalação de perfil "L" (35x35x3) mm p/ mão de força do arco treliçado	Kg	39,18	13,02	16,63	651,43
7.8	CP 018	Instalação de tubo de 2 polegadas (2") em chapa 16	m	72,00	67,30	85,94	6.187,83
7.9	CP 019	Instalação de tubo de 2 1/2 polegadas (2" x 1/2) em chapa 16	m	72,00	140,36	179,24	12.905,26
7.10	CP 020	Recuperação e Adequação de Portões	und	1,00	1.961,21	2.504,47	2.504,47
7.11	CP 021	Limpeza geral	m²	450,00	3,68	4,70	2.114,71
Sub-total - Item 7							137.788,59
T O T A L						(R\$)	215.919,83

BDI UTILIZADO = 27,70%

LEIS SOCIAIS = 91,01%

PESQUISA PREÇOS JUNHO/2025

GISELE MONTEIRO
PEREIRA

Assinado de forma digital por
GISELE MONTEIRO PEREIRA
Dados: 2025.08.01 10:40:51
-03'00"

Gisele Monteiro Pereira

Crea: 160858770-3

Eng. Orçamentista

OBRA: Manutenção e Recuperação das Quadras das Escolas Municipais Vereador Pedro Americo da Silva e Maria Jose de Miranda Burity

LOCAL: CABEDELO/PB

DATA BASE: jun/25

COMPOSIÇÕES

ITEM 1.1	CP 001
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 001	00051/ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada		91,01%	m²	R\$ 371,64
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
4430	Insumo	Caibro não aparelhado *5x6* cm, em maçaranduba, angelim ou equivalente da região - bruta	m	4,00000	R\$ 11,42	R\$ 45,68
4512	Insumo	Sarrafo *2,5x5* cm em pinus, mista ou equivalente da região bruta	m	1,00000	R\$ 2,91	R\$ 2,91
88262	M. Obra	Carpinteiro de formas com encargos complementares	h	1,00000	R\$ 22,51	R\$ 22,51
Cotação	Mat	Placa de obra (para construçao civil) em chapa galvanizada *n. 22*, adesivada, de *2,4 x 1,2* m (sem postes para fixacao)	m²	1,00000	R\$ 260,00	R\$ 260,00
5075	Mat	Prego de aço polido com cabeça 18 x 30 (2 3/4 x 10)	kg	0,15000	R\$ 21,36	R\$ 3,20
88316	M. Obra	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	2,00000	R\$ 18,67	R\$ 37,34
TOTAL DO SERVIÇO						371,64

ITEM 2.1	CP 002
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 002	12119 / ORSE	RETIRADA DE ALAMBRADO (TELA)		91,01%	M³	0,93
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
88316	M.Obra	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,0500	18,67	R\$ 0,93
TOTAL DO SERVIÇO						0,93

ITEM 4.1	CP 003
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 003	94213 / SINAPI	COBERTURA C/ TELHAS METÁLICAS E=0,43MM, EM CHAPA GALVANIZADA, COM PARAFUSOS AUTO - ATARRACHANTES		91,01%	m³	63,09
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
COT -09		TELHAS METÁLICAS GALVANIZADAS 6M C=0,43MM (6,00X1,10)	m²	1,1660	41,99	R\$ 48,96
11029	Mat.	HASTE RETA PARA GANCHO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA 1/4" X 30CM PARA FIXACAO DE TELHA METALICA, INCLUI PORCA E ARRUELAS DE VEDACAO	m²	4,1500	2,47	R\$ 10,25
88316	M. Obra	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0970	18,67	R\$ 1,81
88323	M. Obra	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0910	22,30	R\$ 2,03
93281	Equipamento	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	0,0009	19,97	R\$ 0,02
93282	Equipamento	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHI	0,0013	19,11	R\$ 0,02

				TOTAL DO SERVIÇO	63,09
--	--	--	--	-------------------------	--------------

ITEM 4.2	CP 004
-----------------	---------------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 004	100764 / SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ARCO TRELIÇADO EM PERFIL ENRIJECIDO U (150X50x3)MM, COM CANTONEIRA DE 1 1/2 X 1/8		91,01%	Kg	R\$ 16,45
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
COT -02	Mat.	TERÇA PERFIL "L" (35X35X3) X3,00 MM	Kg	0,03054	R\$ 9,02	R\$ 0,28
10997	Mat.	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	Kg	0,15000	R\$ 28,43	R\$ 4,26
COT -02	Mat.	TERÇA EM PERFIL "U" 150X50X3,00MM	Kg	1,00000	R\$ 7,95	R\$ 7,95
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,00440	R\$ 18,21	R\$ 0,08
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,01400	R\$ 17,49	R\$ 0,24
88317	M. Obra	SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,01810	R\$ 23,25	R\$ 0,42
93287	Equip.	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	0,0039667	R\$ 345,61	R\$ 1,37
93288	Equip.	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHI	0,0036703	R\$ 175,69	R\$ 0,64
100716	Composição	JATEAMENTO ABRASIVO COM GRANALHA DE AÇO EM PERFIL METÁLICO EM FÁBRICA. AF_01/2020	m²	0,0358424	R\$ 23,65	R\$ 0,85
100719	Composição	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	m²	0,0358424	R\$ 9,92	R\$ 0,36
				TOTAL DO SERVIÇO		16,45

ITEM 8.7	CP 005
-----------------	---------------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 005	100764 / SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERFIL U 50 X 25 X 2,00 PARA TERÇAS		91,01%	m	17,48
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
10997	Mat.	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	Kg	0,1500000	28,43	R\$ 4,26
COT -05		TERÇA EM PERFIL U (50X25 x2,65)MM	Kg	1,0000000	9,26	R\$ 9,26
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0044000	R\$ 18,21	R\$ 0,08
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0140000	R\$ 17,49	R\$ 0,24
88317	M. Obra	SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0181000	R\$ 23,25	R\$ 0,42
93287	Equip.	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	0,0039667	R\$ 345,61	R\$ 1,37
93288	Equip.	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHI	0,0036703	R\$ 175,69	R\$ 0,64
100716	Composição	JATEAMENTO ABRASIVO COM GRANALHA DE AÇO EM PERFIL METÁLICO EM FÁBRICA. AF_01/2020	m²	0,0358424	R\$ 23,65	R\$ 0,85
100719	Composição	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	m²	0,0358424	R\$ 9,92	R\$ 0,36

				TOTAL DO SERVIÇO	17,48
--	--	--	--	-------------------------	--------------

ITEM 10.1	CP 006
------------------	---------------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 006	10899/ ORSE	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ESTICADOR DE Ø1/2" (12,5MM)		84,85%	und	30,06
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
COT -08	Mat.	ESTICADOR DE Ø1/2" (12,5MM)	Und	1,0000	19,35	R\$ 19,35
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	R\$ 18,21	R\$ 5,46
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	R\$ 17,49	R\$ 5,25
				TOTAL DO SERVIÇO		30,06

ITEM 10.1	CP 007
------------------	---------------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 007	100764 / SINAPI	Fornecimento e instalação perfil "u" de 4" na chapa de ½		84,85%	M²	100,29
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
INSUMO	10997	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	Kg	0,1500000	28,43	R\$ 4,26
13073/ORSE	INSUMO	Perfil u dobrado de chapa udc simples- 100 x 50 x 3 mm com solda	Kg	1,0000000	92,07	R\$ 92,07
93287	COMPOSICAO	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	0,0039667	R\$ 345,61	R\$ 1,37
93288	COMPOSICAO	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHI	0,0036703	R\$ 175,69	R\$ 0,64
100716	COMPOSICAO	JATEAMENTO ABRASIVO COM GRANALHA DE AÇO EM PERFIL METÁLICO EM FÁBRICA. AF_01/2020	m²	0,0358424	R\$ 23,65	R\$ 0,85
100719	COMPOSICAO	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	m²	0,0358424	R\$ 9,92	R\$ 0,36
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0044000	R\$ 18,21	R\$ 0,08
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0140000	R\$ 17,49	R\$ 0,24
88317	M. Obra	SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0181000	R\$ 23,25	R\$ 0,42
				TOTAL DO SERVIÇO		100,29

ITEM 10.5	CP 008
------------------	---------------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 008	09945/ORSE	GRADE DE FERRO COM TELA DE AÇO GALVANIZADO FIO 12, MALHA 2", LOSANGULAR, SEM REVESTIMENTO E CANTONEIRA EM "L" DE ABAS IGUAIS DE 3/4" X 1/8"		84,85%	M³	177,77
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
04222/ORSE	Mat	Perfil Aço, Cantoneira abas iguais - 3/4" x 1/8" (0,87 kg/m)	M	4,0000	10,94	R\$ 43,76
00370/SINAPI	Mat	Areia media - posto jazida/fornecedor (retirado na jazida, sem transporte)	M³	0,0090	140,00	R\$ 1,26

01379/SINAPI	Mat	Cimento portland composto cp ii-32	Kg	2,8000	0,70	R\$ 1,96
88309	M.Obra	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	23,10	R\$ 11,55
88315	M.Obra	SERRALHEIRO CO ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	22,94	R\$ 22,94
88316	M.Obra	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,7000	18,67	R\$ 13,07
07158/SINAPI	Mat	Tela de arame galvanizada quadrangular / losangular, fio 2,77 mm (12 bwg), malha 5 x 5 cm, h = 2 m	m²	1,0000	41,15	R\$ 41,15
10997/SINAPI	Mat	Eletrodo revestido aws - e7018, diametro igual a 4,00 mm	Kg	1,4800	28,43	R\$ 42,08
TOTAL DO SERVIÇO					177,77	

ITEM 12.1	CP 009
-----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 009	10981 / ORSE	ASSENTAMENTO PORTÕES EM TUBO DE FERRO GALVANIZADO, INCLUSIVE FORNECIMENTO DE DOBRADIÇAS E FECHADURAS PARA ALAMBRADO		84,85%	PT	125,22
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
3121	Mat	FERROLHO COM FECHO / TRINCO REDONDO, EM ACO GALVANIZADO/ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 5" E ESPESSURA MINIMA DA CHAPA DE 0,90 MM	Und	1,0000	6,41	R\$ 6,41
11447	Mat	DOBRADICA EM LATAO, 3" X 2 1/2 ", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	Und	3,0000	32,64	R\$ 97,92
88309	M.Obra	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	23,10	R\$ 11,55
88316	M.Obra	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5000	18,67	R\$ 9,34
TOTAL DO SERVIÇO					125,22	

ITEM 12.2	CP 010
-----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 010	13872/ORSE	Lixamento mecanizado em superfícies metálicas em obras		84,85%	PT	7,36
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
44534	Mat.	DISCO DE LIXA PARA METAL, DIAMETRO = 180 MM, GRAO 120	m²	0,7000	5,95	R\$ 4,17
05935/ORSE	Equipamento	ALUGUEL DE LIXADEIRA	H	0,1500	2,58	R\$ 0,39
88316	M.Obra	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,1500	18,67	R\$ 2,80
TOTAL DO SERVIÇO					7,36	

ITEM 12.3	CP 011
-----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 011	100751 / SINAPI	Pintura com tinta epoxídica de acabamento pulverizada sobre perfil Metálico (02 demãos). (estrutura metálica)		84,85%	Und	37,00
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
5330	Mat	DILUENTE EPOXI	L	0,083000	44,19	R\$ 3,67
7304	Mat	TINTA EPOXI BASE AGUA PREMIUM, BRANCA	L	0,414900	72,81	R\$ 30,21
88312	M.Obra	PINTOR PARA TINTA EPÓXI COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,127000	24,53	R\$ 3,12
TOTAL DO SERVIÇO					37,00	

ITEM 12.5	CP 012
-----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 012	102362 / SINAPI	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 12 BWG E MALHA QUADRADA 7,5 X 7,5CM REVESTIDA EM PVC (EXCETO MURETA).		84,85%	Und	40,43
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
94962	Composição	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	0,004500	389,61	R\$ 1,75
88315	M.Obra	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,977400	22,94	R\$ 22,42
88316	M.Obra	SERVEANTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,997400	18,67	R\$ 18,62
43130	Mat.	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	Kg	0,079700	24,5	R\$ 1,95
11002	Mat.	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIÂMETRO IGUAL A 2,50 MM	Kg	0,002500	27,30	R\$ 0,07
	COT -14	ALAMBRADO 3X3" FIO 12 GALVANIZADO REVESTIDO EM PVC NA COR VERDE	m²	1,020300	63,44	R\$ 64,73
7698	Mat.	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 1.1/4", E = *3,25* MM, PESO *3,14* KG/M (NBR 5580)	m	0,870100	39,54	R\$ 34,40
7696	Mat.	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 2", E = *3,65* MM, PESO *5,10* KG/M (NBR 5580)	m	0,610500	66,23	R\$ 40,43
				TOTAL DO SERVIÇO		182,62

ITEM 7.3	CP 013
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 013	CP	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM		84,85%	Und	19,80
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
10527	Equip.	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	1,0000	19,80	R\$ 19,80
				TOTAL DO SERVIÇO		19,80

ITEM 7.4	CP 014
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 014		Recuperação de 8 colunas metálicas, com reforço estrutural através da instalação de 60 metros lineares de cantoneiras de aço 1" x 3/16"		84,85%	und	1.280,27
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

INSUMO	10997	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	Kg	4,0000000	28,43	R\$ 113,72
	Cotação	Perfil de aço ASTM A36 – Cantoneira 1" x 3/16" x 6	und	10,0000000	116,38	R\$ 1.163,80
93287	COMPOSICAO	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	0,0039667	345,61	R\$ 1,37
93288	COMPOSICAO	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHI	0,0036703	175,69	R\$ 0,64
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0044000	18,21	R\$ 0,08
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0140000	17,49	R\$ 0,24
88317	M. Obra	SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0181000	23,25	R\$ 0,42
				TOTAL DO SERVIÇO		1.280,27

ITEM 7.5	CP 015
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 015	00424 / ORSE	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO TIRANTES , BITOLA 12,5MM		84,85%	Kg	19,62
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
COT -07		TIRANTE VARÃO BARRA REDONDA 6M Ø1/2" (12,5MM)	Kg	1,0000	8,91	R\$ 8,91
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	18,21	R\$ 5,46
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	17,49	R\$ 5,25
				TOTAL DO SERVIÇO		19,62

ITEM 7.6	CP 016
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 016	00424 / ORSE	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO TIRANTES , BITOLA 3/8"		91,01%	Kg	20,49
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
COT -06		TIRANTE VARÃO BARRA REDONDA LISA 6M Ø3/8" (10,0MM)	Kg	1,0000	9,78	R\$ 9,78
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	18,21	R\$ 5,46
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	17,49	R\$ 5,25
				TOTAL DO SERVIÇO		20,49

ITEM 7.7	CP 017
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 018	100764 / SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERFIL "L" (35X35X3)MM P/ MÃO DE FORÇA DO ARCO TRELIÇADO		91,01%	m	13,02
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
10997	Mat.	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	Kg	0,0015000	28,43	R\$ 0,04

COT -03		TERÇA PERFIL "L" (35X35X3) X3,00 MM	Kg	1,0000000	9,02	R\$ 9,02
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0044000	18,21	R\$ 0,08
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0140000	17,49	R\$ 0,24
88317	M. Obra	SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0181000	23,25	R\$ 0,42
93287	Equipamento	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHP DIURNO. AF_03/2016	CHP	0,0039667	345,61	R\$ 1,37
93288	Equipamento	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTOPROPELIDO, COM LANÇA TELESCÓPICA 40 M, CAPACIDADE MÁXIMA 60 T, POTÊNCIA 260 KW - CHI DIURNO. AF_03/2016	CHI	0,003670	175,69	R\$ 0,64
100716	Composição	JATEAMENTO ABRASIVO COM GRANALHA DE AÇO EM PERFIL METÁLICO EM FÁBRICA. AF_01/2020	m²	0,035842	23,65	R\$ 0,85
100719	Composição	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO (TIPO ZARCÃO) PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	m²	0,035842	9,92	R\$ 0,36
TOTAL DO SERVIÇO					13,02	

ITEM 7.8	CP 018
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 018		Instalação de tubo de 2 polegadas (2") em chapa 16		91,01%	m	67,30
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Cotação	Mat.	Tubo de aço carbono 2" sch 40	m	1,0000	38,79	R\$ 38,79
88316	M. Obra	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	18,67	R\$ 18,67
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2500	18,21	R\$ 4,55
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	17,49	R\$ 5,25
10997	Mat.	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	Kg	0,0015000	28,43	R\$ 0,04
TOTAL DO SERVIÇO					67,30	

ITEM 7.9	CP 019
----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 019		Instalação de tubo de 2 1/2 polegadas (2" x ½) em chapa 16		91,01%	m	140,36
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Cotação	Mat.	Tubo de aço carbono 2 1/2" sch 40	m	1,0000	117,14	R\$ 117,14
88316	M. Obra	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	18,67	R\$ 18,67
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2500	18,21	R\$ 4,55
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	17,49	R\$ 5,25
10997	Mat.	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	Kg	0,0015000	28,43	R\$ 0,04
TOTAL DO SERVIÇO					140,36	

ITEM 7.10	CP 020
-----------	--------

Código	Ref.	Descrição	L.Sociais	Und	Preço
CP 021		Recuperação e Adequação de Portões	91,01%	und	1.961,21

Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
Cotação	Mat.	Metalon 20x40x2,0 mm soldado em chapa 16	m	12,0000	54,50	654,00
38179	Mat.	ROLDANA CONCAVA DUPLA, 4 RODAS, PARA PORTA DE CORRER, EM ZAMAC COM CHAPA DE ACO, ROLAMENTO INTERNO BLINDADO DE ACO REVESTIDO EM NYLON	und	4,0000	48,63	194,52
Cotação	Mat.	Guias laterais de nylon de 1"	und	4,0000	15,50	62,00
Cotação	Mat.	Batedores com suporte para cadeado	und	2,0000	35,29	70,58
Cotação	Mat.	ALAMBRADO 3X3" FIO 12 GALVANIZADO REVESTIDO EM PVC NA COR VERDE	m²	15,0000	63,44	951,60
88316	M. Obra	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1,0000	18,67	18,67
88240	M. Obra	AJUDANTE DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,2500	18,21	4,55
88278	M. Obra	MONTADOR DE ESTRUTURA METÁLICA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,3000	17,49	5,25
10997	Mat.	ELETRODO REVESTIDO AWS - E7018, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	Kg	0,0015000	28,43	0,04
TOTAL DO SERVIÇO						1.961,21

ITEM 7.11	CP 021
-----------	--------

Código	Ref.	Descrição		L.Sociais	Und	Preço
CP 022	ORSE/02450	Limpeza Geral		84,85%	m²	3,68
Código	Tipo	Descrição	Und	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
88316	M. Obra	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,1000	18,67	1,87
00038400	MAT.	VASSOURA 40 CM COM CABO	und	0,0500	35,14	1,76
01997/ORSE	MAT.	SABÃO EM PÓ	Kg	0,0050	10,77	0,05
TOTAL DO SERVIÇO						3,68

GISELE

MONTEIRO

PEREIRA

Assinado de forma digital por GISELE MONTEIRO PEREIRA

Dados: 2025.08.28 09:24:09 -03'00'

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

	PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO									
	OBRA: Manutenção e Recuperação das Quadras das Escolas Municipais Vereador Pedro Americo da Silva e Maria Jose de Miranda Burity									
	LOCAL: CABEDELO / PB					BDI UTILIZADO = 27,70%				
	DISCRIMINAÇÃO		DIAS							
			30	60	90	120	150	180	TOTAL	
01.00	SERVIÇOS PRELIMINARES	%	100,00%							100,00%
		DÍAS								
		R\$	R\$ 2.847,51	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.847,51
02.00	DEMOLIÇÕES	%	100,00%							100,00%
		DÍAS								
		R\$	R\$ 1.048,73			R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.048,73
03.00	ALVENARIA DE VEDAÇÃO	%	25,00%	50,00%	25,00%					100,00%
		DÍAS								
		R\$	R\$ 318,82	R\$ 637,63	R\$ 318,82	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.275,26
04.00	COBERTA	%		25,00%	50,00%	25,00%				100,00%
		DÍAS								
		R\$	R\$ -	R\$ 5.868,83	R\$ 11.737,67	R\$ 5.868,83	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 23.475,33
05.00	ESQUADRIAS	%			25,00%	25,00%	25,00%	25,00%		100,00%
		DÍAS								
		R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.515,56	R\$ 1.515,56	R\$ 1.515,56	R\$ 1.515,56	R\$ -	R\$ 6.062,23
06.00	PINTURA	%					50,00%	50,00%		100,00%
		DÍAS								
		R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 21.711,09	R\$ 21.711,09	R\$ -	R\$ 43.422,18
07.00	DIVERSOS	%					25,00%	75,00%		100,00%
		DÍAS								
		R\$	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 34.447,15	R\$ 103.341,44	R\$ -	R\$ 137.788,59
DESEMBOLSO	MENSAL		R\$ 4.215,06	R\$ 6.506,46	R\$ 13.572,04	R\$ 7.384,39	R\$ 57.673,80	R\$ 126.568,09	R\$ 215.919,83	
	ACUMULADO		R\$ 4.215,06	R\$ 10.721,52	R\$ 24.293,56	R\$ 31.677,95	R\$ 89.351,74	R\$ 215.919,83		

GISELE
MONTEIRO
PEREIRA

Assinado de forma digital
por GISELE MONTEIRO
PEREIRA
Dados: 2025.08.01 10:48:59
-03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

FÓRMULA DO BDI

Fórmula do BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) (1 + DF) (1 + L)}{(1 - (II + DC))} - 1$$

Onde:

AC= taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central;

S= taxa representativa de Seguros;

R= taxa representativa de Riscos;

G= taxa representativa de Garantias;

DF= taxa representativa das Despesas Financeiras;

L= taxa representativa do Lucro;

I= taxa representativa da incidência de Impostos;

DC = Desenvolver Cabedelo

DISCRIMINAÇÃO	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
Administração central	5,50%
LUCRO	8,30%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,23%
SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS	2,07%
Seguros - S, Garantias - G	0,80%
Riscos - R	1,27%
TRIBUTOS - I	7,65%
ISS	4,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
TOTAL DESTE BDI	27,70%

GISELE
MONTEIRO
PEREIRA

Assinado de forma digital
por GISELE MONTEIRO
PEREIRA
Dados: 2025.08.28
09:34:24 -03'00'



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
SECRETARIA DO CONTROLE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA CONSTRUÇÃO
Nº 592/2025

Certificamos a pedido do requerente **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO-SEDUC**, através do Memor.nº **44.669/2025**, datado de **28/08/2025**, que conforme parágrafo 1º, artigo 10, da Resolução CONAMA nº.237 de 19/12/1997, após a análise do processo em apreço passamos a informar o que segue:

01.SOLICITAÇÃO CONFORME O ANEXO VI:

Comunitário 2 – Atividades destinadas à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social ou culto religioso que, por sua natureza, não tem potencial de produzir impactos significativos sobre a malha urbana nem produzir incômodo ao uso habitacional de seu entorno, tais como ambulatório, berçário, museu,entre outros.

Comunitário 3 – Atividades destinadas à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social ou culto religioso que, por sua natureza, não tem potencial de produzir impactos significativos sobre a malha urbana nem produzir incômodo ao uso habitacional de seu entorno, tais como ambulatório, berçário, museu,entre outros.

02.LOCALIZAÇÃO: Área pública na Praia do Poço, quadra 20, loteamento Praia Mar, Cabedelo/PB.

03.LEI COMPLEMENTAR Nº 88/24;

04. ANEXO I- Mapa de macrozoneamento municipal:

Macrozona: MAP((Macrozona de Adensamento Prioritário);

05.ANEXO II – Mapa do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo:

Zona: ECS2 (Zona de Comércio e Serviço Dois);

06.DADOS DO LOTE: Lote medindo 13,00m de frente e fundos por 34,00m de comprimento de ambos os lados, e área total de 442,00m² .

07.DOCUMENTAÇÃO: Conforme exigida.

08. ANEXO (VII):

Índices de Ocupação do Solo

Uso	Lote/Test. Min.p/uso	Taxa de Ocup	Coeficiente de Aproveitamento			Máx Pav.	Afastamentos			Perm	Lote/Total st. Mín.p Parcela
			Mín.	Básic	Máx		Fron	Lat.	Fun.		
Comunitário 1 e 2	450m²/15m	70%	0,1	2,5	4,2	6	5,0m	Até 3 pav: 1,5m 4 e 5 pav.:2m+Demais: 3 m + h/10	Até 3 Pav:2,0m 4 e 5 Pav.:2 m+Demais: 3 m+h/10	10%	450m²/15m

09.CONCLUSÃO: Diante do exposto, **APENAS o uso Comunitário 2**, solicitado no presente processo, **COMPATÍVEL** com a zona e macrozona, sendo favorável o **DEFERIMENTO** do processo. Estando ainda subjugado a demais exigências da legislação em vigor para qualquer edificação.

OBS.: A presente Certidão de Uso e Ocupação do Solo é válida exclusivamente para o uso declarado nesta data e de acordo com a legislação urbanística vigente no momento da emissão. Qualquer alteração no uso do imóvel, bem como modificações na legislação aplicável, implicará na obrigatoriedade de solicitação de nova certidão junto ao órgão competente.

Cabedelo, 19 de setembro de 2025.

CYLIANE MARIZ LAIER

Sec. Adjunta do Controle do Uso e Ocupação do Solo

SÉRGIO RICARDO GERMANO DE FIGUEIREDO

Sec. do Controle do Uso e Ocupação do Solo

GERMANO DE FIGUEIREDO
RICARDO
LAIER e SÉRGIO
Assinado por 2 pessoas: CYLIANE MARIZ LAIER e SÉRGIO RICARDO GERMANO DE FIGUEIREDO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://cabedelo.pb.gov.br/portal-eletronico/validar-assinatura>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BF02-8A0B-6BD3-2788

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CYLIANE MARIZ LAIER (CPF 064.XXX.XXX-81) em 23/09/2025 15:12:16 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SERGIO RICARDO GERMANO DE FIGUEIREDO (CPF 854.XXX.XXX-20) em 23/09/2025 15:53:09
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/BF02-8A0B-6BD3-2788>



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO
SECRETARIA DO CONTROLE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO PARA CONSTRUÇÃO
Nº 591/2025

Certificamos a pedido do requerente **PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO - SEDUC**, através do Memor.nº **44.652/2025**, datado de **28/08/2025**, que conforme parágrafo 1º, artigo 10, da Resolução CONAMA nº.237 de 19/12/1997, após a análise do processo em apreço passamos a informar o que segue:

01.SOLICITAÇÃO CONFORME O ANEXO VI:

Comunitário 2 – Atividades destinadas à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social ou culto religioso que, por sua natureza, não tem potencial de produzir impactos significativos sobre a malha urbana nem produzir incômodo ao uso habitacional de seu entorno, tais como ambulatório, berçário, museu,entre outros.

Comunitário 3 – Atividades destinadas à educação, lazer, cultura, saúde, assistência social ou culto religioso que, por sua natureza, não tem potencial de produzir impactos significativos sobre a malha urbana nem produzir incômodo ao uso habitacional de seu entorno, tais como ambulatório, berçário, museu,entre outros.

02.LOCALIZAÇÃO: Área pública, situado na rua que do acesso ao late Clube da Paraíba, sob letra da quadra "03" Praia de Jacaré, Cabedelo/PB.

03.LEI COMPLEMENTAR Nº 88/24;

04. ANEXO I- Mapa de macrozoneamento municipal:

Macrozona: MAP((Macrozona de Adensamento Prioritário);

05.ANEXO II – Mapa do Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo:

Zona: ZEIS(Zona Especial de Interesse Social);

06.DADOS DO LOTE: Lote medindo 26,07m de frente, 23,00m de fundos, por 49,20m de comprimento do lado direito e 50,00m de comprimento do lado esquerdo e área de 1.216,94 m2;

07.DOCUMENTAÇÃO: Conforme exigida.

08. ANEXO (VII):

Índices de Ocupação do Solo

Uso	Lote/Test. Mín.p/uso	Taxa de Ocup	Coeficiente de Aproveitamento			Máx Pav.	Afastamentos			Perm	Lote/Test. Mín.p Parcel.
			Mín.	Básic	Máx		Fron	Lat.	Fun.		
Comunitário 1 e 2	300m²/12m²	60%	-	1,2	-	2	5,0m	1,5m	2,0m	10%	120m²/06m

09. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, APENAS o uso **Comunitário 2**, solicitado no presente processo, **É COMPATÍVEL** com zona e macrozona, sendo favorável o DEFERIMENTO do processo. Estando ainda subjugado a demais exigências da legislação em vigor para qualquer edificação.

OBS.: A presente Certidão de Uso e Ocupação do Solo é válida exclusivamente para o uso declarado nesta data e de acordo com a legislação urbanística vigente no momento da emissão. Qualquer alteração no uso do imóvel, bem como modificações na legislação aplicável, implicará na obrigatoriedade de solicitação de nova certidão junto ao órgão competente.

Cabedelo, 18 de setembro de 2025.

CYLIANE MARIZ LAIER

Sec. Adjunta do Controle do Uso e Ocupação do Solo

SÉRGIO RICARDO GERMANO DE FIGUEIREDO

Sec. do Controle do Uso e Ocupação do Solo

Assinado por 2 pessoas: CYLIANE MARIZ LAIER e SÉRGIO RICARDO GERMANO DE FIGUEIREDO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: <https://cabedelo.pb.gov.br/verificacao>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A38E-66F5-83D5-823D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CYLIANE MARIZ LAIER (CPF 064.XXX.XXX-81) em 18/09/2025 13:52:50 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



SERGIO RICARDO GERMANO DE FIGUEIREDO (CPF 854.XXX.XXX-20) em 19/09/2025 13:09:41
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/A38E-66F5-83D5-823D>

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - Nº 0001200/2025

A **SEMAM** - Secretaria de Meio Ambiente de Cabedelo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Complementar Nº 23 de 04 de janeiro de 2008**, que institui o Código de Meio Ambiente do Município de Cabedelo, dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SIMAC e de conformidade com o que estabelece a Lei Complementar Nº 140 de 08 de dezembro de 2011 e a **Lei Municipal 1.734/2014** concede a presente Autorização acima discriminada, nas condições especificadas.

I - DADOS DA ATIVIDADE

Nome / Razão Social:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL

CNPJ/CPF:

09.012.493/0001-54

Localização:

RUA CAROLINO CARDOSO, 205, Q-23, LTO PRAIA MAR, POÇO, CABEDEL - PB CEP: 58101-502

Latitude: **7° 1'14.35"S** Longitude: **34°50'0.43"O**

Atividade Licenciada:

MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL MARIA JOSE DE MIRANDA BURIY COM 276,89M² DE ÁREA CONSTRUÍDA.

II - CONDICIONANTES

1. Esta Licença é válida pelo período de 365 dias, a contar da presente data conforme processo - Nº 0001200/2025-SEMAM/PMC, observando as condições deste documento e seus anexos que, embora não transcritos, são partes integrantes do mesmo;
2. Este documento não contém emendas ou rasuras e sua cópia só terá validade com a autenticação em cartório;
3. A renovação desta Licença deverá ser requerida com antecedência de 120 (cento e vinte dias) antes de decorrido o prazo de validade da mesma;
4. Esta Licença diz respeito à análise de viabilidade ambiental de competência da SEMAM - Secretaria de Meio Ambiente de Cabedelo, devendo o empreendedor obter, quando couber, a anuência das outras instancias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, para que o mesmo alcance seus efeitos legais;

Os demais condicionantes referentes a esta Licença estão descritos no verso deste documento

VENCIMENTO: 22/09/2026

Cabedelo, 22 de setembro de 2025

III - DEMAIS CONDICIONANTES

5. Fixar placa (dimensões 80x60 cm) com identificação da atividade licenciada, conforme modelo fornecido pela SEMAM;
6. Manter esta Licença bem como cópia dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes ora estabelecidos, disponíveis à fiscalização da SEMAM e aos demais órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
7. Atender as exigências e recomendações previstas na legislação Federal, Estadual e Municipal de cunho ambiental e urbanístico, no tocante ao Código de Zoneamento de Uso e Ocupação do solo do Município;
8. Requerer junto a SEMAM, autorização de qualquer modificação no projeto analisado e aprovado neste órgão ambiental;
9. Solicitar, junto a SEMAM/PMC a Licença de Instalação e a supressão vegetal, antes de qualquer intervenção construtiva;
10. Destinar os resíduos sólidos recicláveis para o programa de coleta seletiva do município de Cabedelo/PB, gerido pela SEMAM/PMC;
11. Caso necessário realizar procedimentos de rebaixamento do lençol freático, apresentar a esta secretaria, solução de destinação das águas provenientes do aquífero para a galeria pluvial mais próxima;
12. Utilizar técnicas e equipamentos que evitem a dispersão de material particulado;
13. Apresentar documentos comprobatórios da destinação adequada dos resíduos da construção civil, conforme PGRCC analisado, bem como as licenças ambientais da empresa responsável;
14. A análise aqui desenvolvida, trata-se unicamente, de questões de caráter ambiental, não abrangendo variáveis referentes as questões de segurança estrutural do empreendimento; e
15. O não atendimento aos condicionamentos supracitados ficará o interessado passível de sanções previstas na legislação ambiental em vigor, bem como terá esta Licença Ambiental anulada.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5825-08D1-4279-A486

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



YUSSEF ASEVÊDO DE OLIVEIRA (CPF 324.XXX.XXX-72) em 24/09/2025 13:40:02 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/5825-08D1-4279-A486>

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA - Nº 0001201/2025

A **SEMAM** - Secretaria de Meio Ambiente de Cabedelo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela **Lei Complementar Nº 23 de 04 de janeiro de 2008**, que institui o Código de Meio Ambiente do Município de Cabedelo, dispõe sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SIMAC e de conformidade com o que estabelece a Lei Complementar Nº 140 de 08 de dezembro de 2011 e a **Lei Municipal 1.734/2014** concede a presente Autorização acima discriminada, nas condições especificadas.

I - DADOS DA ATIVIDADE

Nome / Razão Social:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDEL

CNPJ/CPF:

09.012.493/0001-54

Localização:

R. GEN. JOSÉ ARAKEM RODRIGUES, 07, ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR PEDRO AMÉRICO DA SILVA, JACARÉ – CABEDEL – PB. CEP: 58105770.

Latitude: **7° 2'12.49"S**

Longitude: **34°51'2.80"O**

Atividade Licenciada:

MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR PEDRO AMERICO DA SILVA COM 134,73M² DE ÁREA CONSTRUÍDA.

II - CONDICIONANTES

1. Esta Licença é válida pelo período de 365 dias, a contar da presente data conforme processo - Nº 0001201/2025-SEMAM/PMC, observando as condições deste documento e seus anexos que, embora não transcritos, são partes integrantes do mesmo;
2. Este documento não contém emendas ou rasuras e sua cópia só terá validade com a autenticação em cartório;
3. A renovação desta Licença deverá ser requerida com antecedência de 120 (cento e vinte dias) antes de decorrido o prazo de validade da mesma;
4. Esta Licença diz respeito à análise de viabilidade ambiental de competência da SEMAM - Secretaria de Meio Ambiente de Cabedelo, devendo o empreendedor obter, quando couber, a anuência das outras instancias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, para que o mesmo alcance seus efeitos legais;

Os demais condicionantes referentes a esta Licença estão descritos no verso deste documento

VENCIMENTO: 22/09/2026

Cabedelo, 22 de setembro de 2025

III - DEMAIS CONDICIONANTES

5. Fixar placa (dimensões 80x60 cm) com identificação da atividade licenciada, conforme modelo fornecido pela SEMAM;
6. Manter esta Licença bem como cópia dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes ora estabelecidos, disponíveis à fiscalização da SEMAM e aos demais órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
7. Atender as exigências e recomendações previstas na legislação Federal, Estadual e Municipal de cunho ambiental e urbanístico, no tocante ao Código de Zoneamento de Uso e Ocupação do solo do Município;
8. Requerer junto a SEMAM, autorização de qualquer modificação no projeto analisado e aprovado neste órgão ambiental;
9. Solicitar, junto a SEMAM/PMC a Licença de Instalação e a supressão vegetal, antes de qualquer intervenção construtiva;
10. Destinar os resíduos sólidos recicláveis para o programa de coleta seletiva do município de Cabedelo/PB, gerido pela SEMAM/PMC;
11. Caso necessário realizar procedimentos de rebaixamento do lençol freático, apresentar a esta secretaria, solução de destinação das águas provenientes do aquífero para a galeria pluvial mais próxima;
12. Utilizar técnicas e equipamentos que evitem a dispersão de material particulado;
13. Apresentar documentos comprobatórios da destinação adequada dos resíduos da construção civil, conforme PGRCC analisado, bem como as licenças ambientais da empresa responsável;
14. A análise aqui desenvolvida, trata-se unicamente, de questões de caráter ambiental, não abrangendo variáveis referentes as questões de segurança estrutural do empreendimento; e
15. O não atendimento aos condicionamentos supracitados ficará o interessado passível de sanções previstas na legislação ambiental em vigor, bem como terá esta Licença Ambiental anulada.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: CC69-2629-E131-341E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



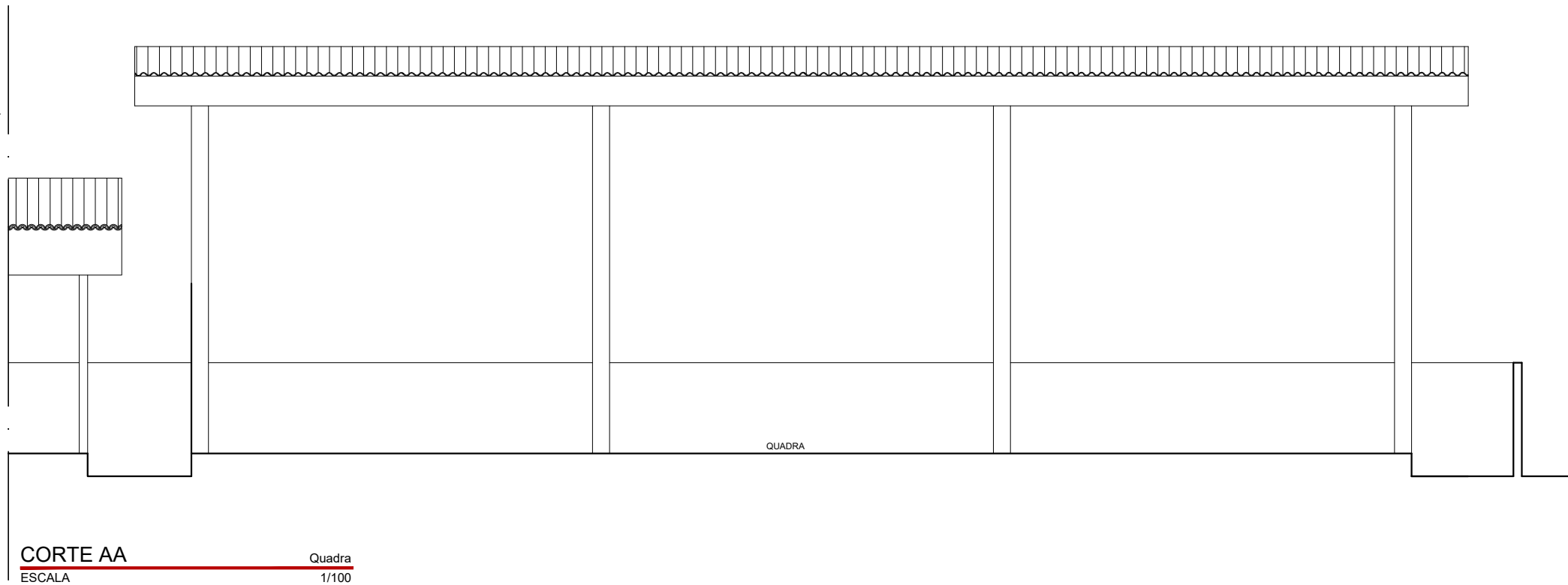
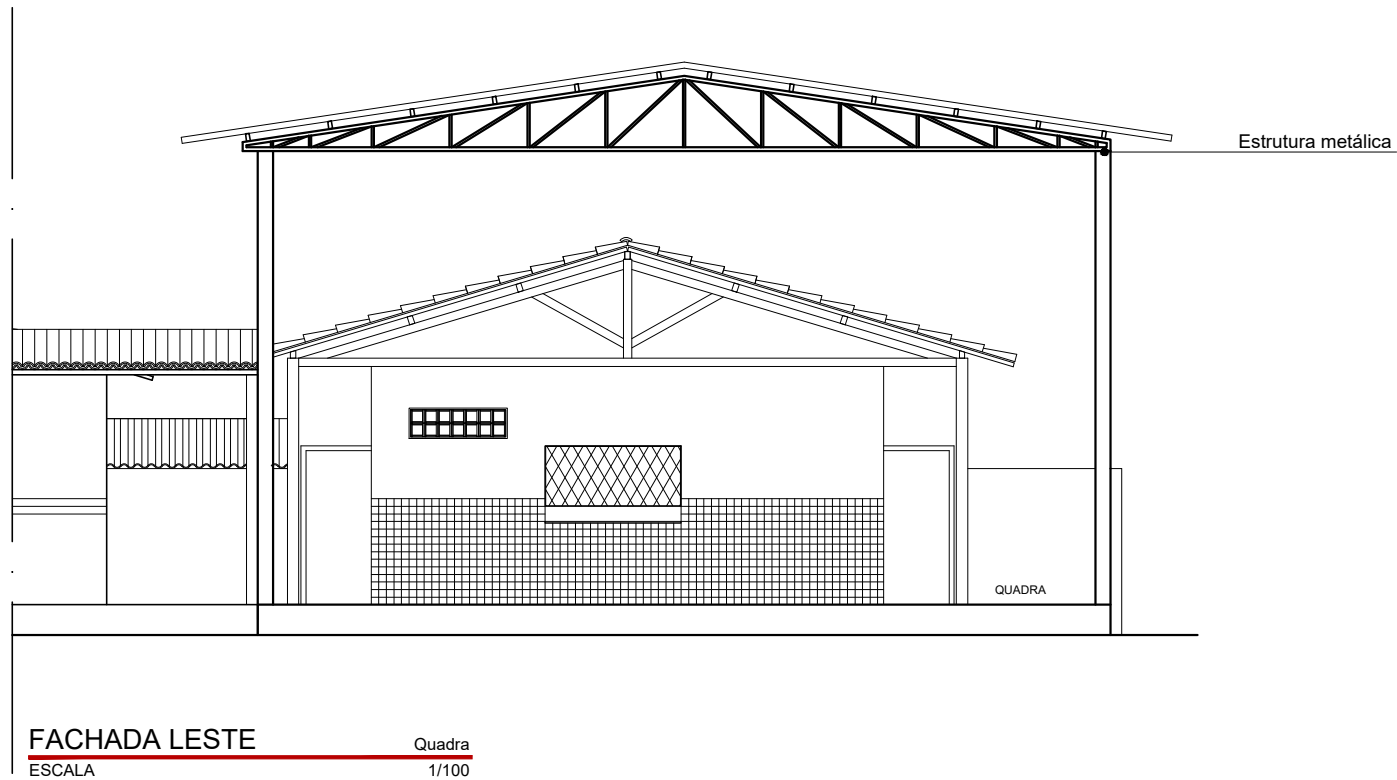
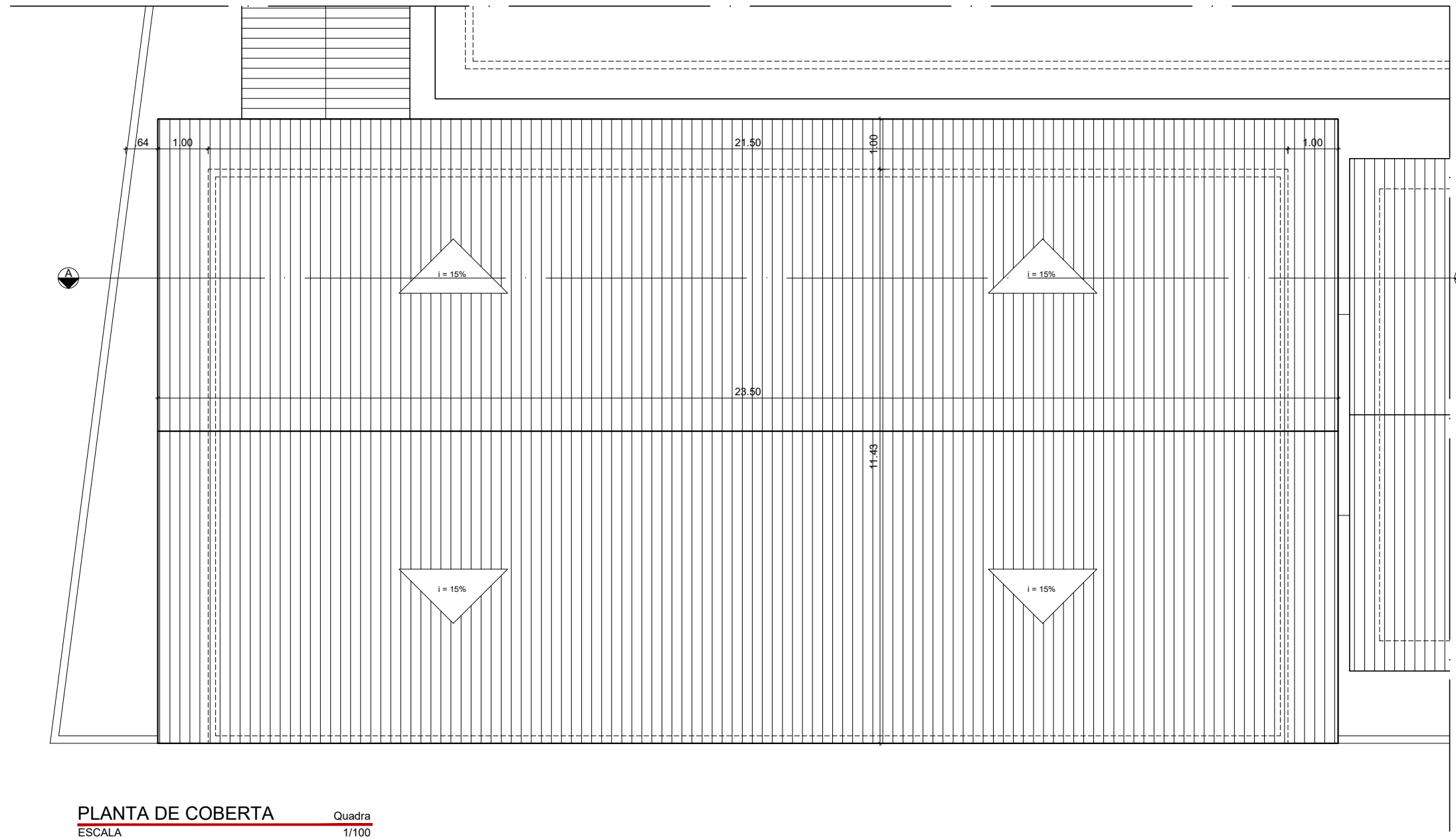
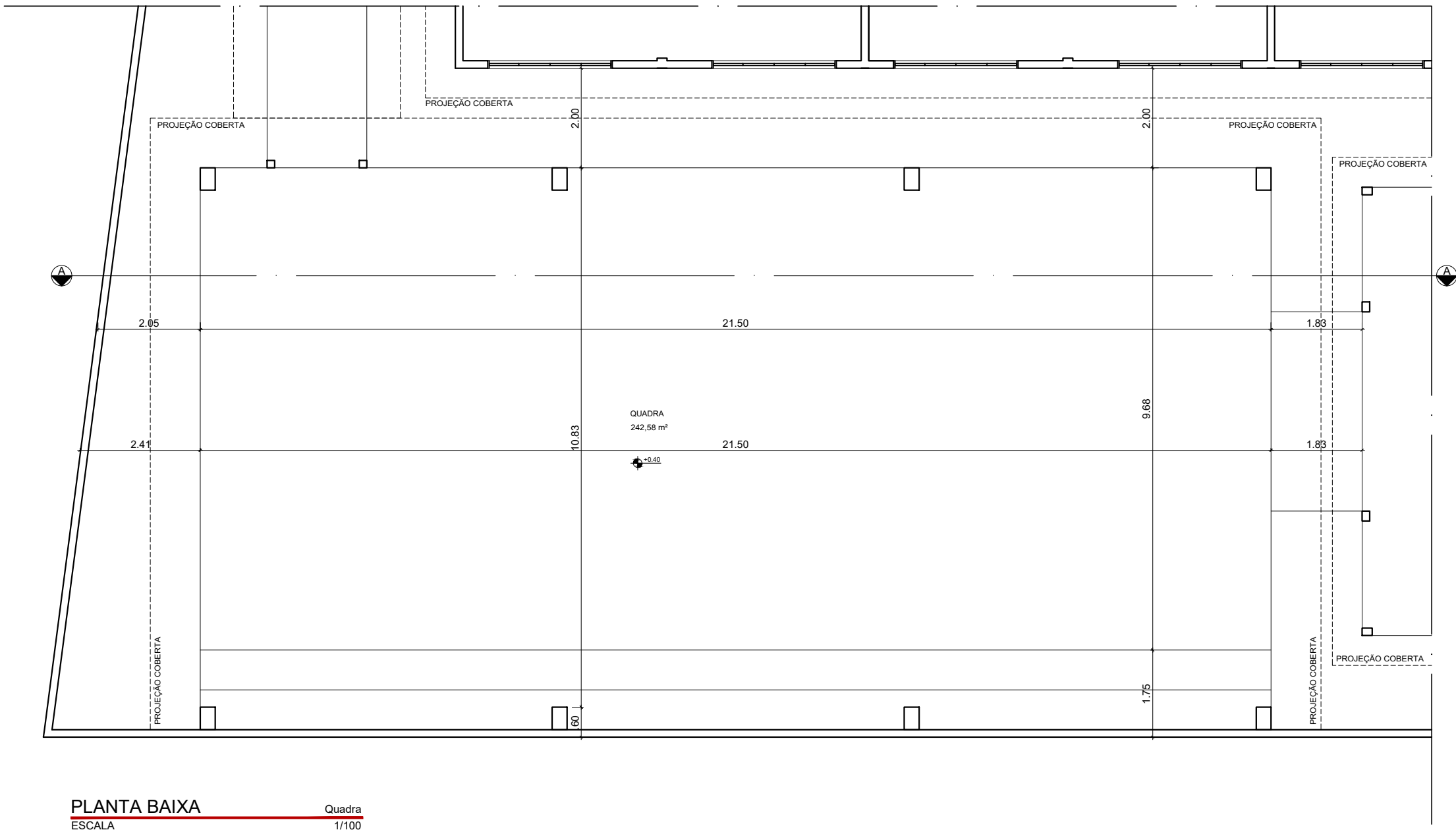
YUSSEF ASEVÊDO DE OLIVEIRA (CPF 324.XXX.XXX-72) em 24/09/2025 13:48:57 GMT-03:00

Papel: Parte

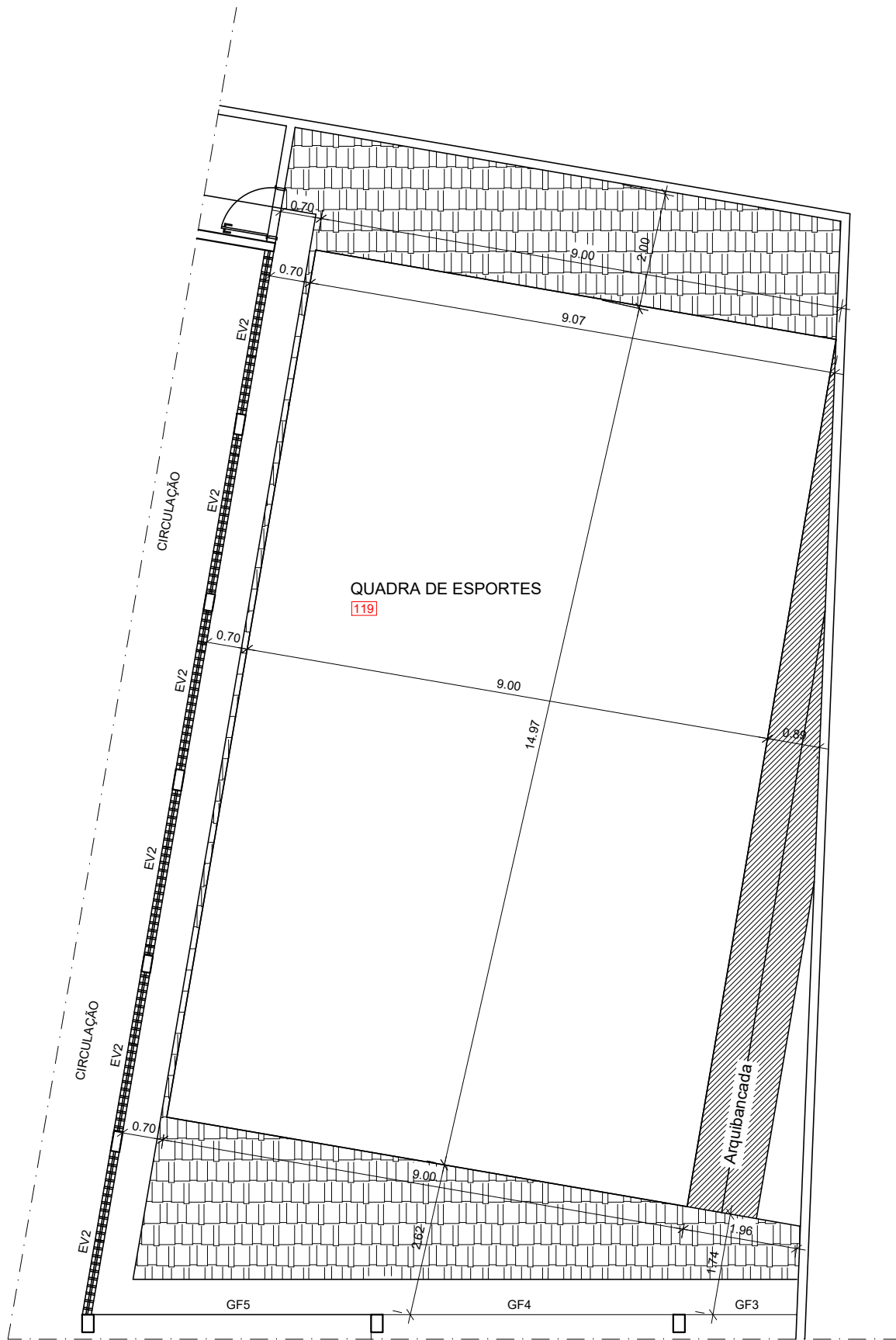
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/CC69-2629-E131-341E>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CABELO		
PROJETO QUADRA DA EMEF Mª JOSÉ MIRANDA BURITY		SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO PRISCILLA C. C. REZENDE SANTINO
LOCAL RUA CAROLINO CARDOSO, s/nº, PRAIA DO POÇO, CABELO-PB		ARQUITETO RESPONSÁVEL MARIANA LUIZA RAMOS SCHROEDER
DATA MAIO 2025		PRANCHA 01/01
DESENHO Planta Baixa Térreo Planta de Coberta Corte AA Fachada Leste	ESCALA 1/100 1/100 1/100 1/100	



PLANTA BAIXA - Quadra
ESCALA 1/100



PLANTA DE COBERTA - Quadra
ESCALA 1/100

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABEDELO

PROJETO
QUADRA DA ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR PEDRO AMÉRICO

LOCAL
RUA GENERAL JOSÉ ARAKEM RODRIGUES, s/n°,
PRAIA DE JACARÉ, CABEDELO-PB

DATA
MAIO 2025

DESENHO
Planta Baixa Térreo
Planta de Coberta

ESCALA
1/100
1/100

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
PRISCILLA C. C.
REZENDE SANTINO

ARQUITETO RESPONSÁVEL
MARIANA LUIZA RAMOS
SCHROEDER

PRANCHA

01/01